

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Centro de Ciências Humanas e Biológicas
Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades
Curso de Licenciatura em Geografia

Leticia Lauane de Souza

**A luta camponesa contada através da memória dos assentados do Lote
Mãe Terra - Assentamento Horto Bela Vista em Iperó/SP.**

Sorocaba

2022

Leticia Lauane de Souza

A luta camponesa contada através da memória dos assentados do Lote Mãe Terra -
Assentamento Horto Bela Vista em Iperó/SP.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Licenciatura em
Geografia do Departamento de Geografia,
Turismo e Humanidades da Universidade
Federal de São Carlos, campus Sorocaba.

Orientação: Prof.^a Dra. Neusa de Fátima
Mariano

Sorocaba

2022

Souza, Leticia Lauane de

A luta camponesa contada através da memória dos assentados do Lote Mãe Terra - Assentamento Horto Bela Vista em Iperó/SP. / Leticia Lauane de Souza -- 2022.
72f.

TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba

Orientador (a): Neusa de Fatima Mariano

Banca Examinadora: Neusa de Fatima Mariano, Rosalina Burgos, Fernando Freitas de Almeida

Bibliografia

1. Campesinato. 2. Memória. 3. Lote Mãe Terra. I. Souza, Leticia Lauane de. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

Leticia Lauane de Souza

A luta camponesa contada através da memória dos assentados do Lote Mãe Terra -
Assentamento Horto Bela Vista em Iperó/SP.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Graduação em
Licenciatura de Geografia do Departamento
de Geografia, Turismo e Humanidades da
Universidade Federal de São Carlos,
campus Sorocaba.

Orientação: Neusa de Fátima Mariano.

Orientadora

Prof.^a Dr. Neusa de Fátima Mariano.

UFSCar

Examinador(a)

Prof.^a Dra. Rosalina Burgos

UFSCar

Examinador(a)

Ms. Fernando Freitas de Almeida

DEDICATÓRIA

A minha mãe Rosa e meu pai Dercy que venceram diversos obstáculos para que eu tivesse acesso a uma educação de qualidade.

AGRADECIMENTO

Agradeço à minha orientadora Prof.^a Dra. Neusa de Fátima Mariano por despertar em mim o interesse em compreender a luta pela terra em nosso território, pela paciência, correções e contribuições ao longo do processo de desenvolvimento deste trabalho.

A minha esposa Kenia que me apoiou e ajudou em cada etapa deste trabalho. Tendo paciência e sendo meu porto seguro nos momentos mais difíceis do meu trajeto.

A minha mãe e meu pai que me apoiaram durante toda minha graduação me dando todo o apoio necessário. Sem eles nada disso seria possível.

Meus Irmãos Kaio e Gabriel que sempre me apoiaram e que me motivam cotidianamente.

E por fim agradeço a Maria Rodrigues e sua família por me receberem tão bem em sua casa e contribuir por meio de suas memórias para a construção deste trabalho.

*Eu queria ter na vida simplesmente
Um lugar de mato verde
Pra plantar e pra colher
Ter uma casinha branca de varanda
Um quintal e uma janela
Para ver o sol nascer*

Gilson (1979)

RESUMO

A luta pela terra é inerente à formação do território brasileiro e o campesinato é um dos representantes dessa luta cotidiana, dessa forma ele não poderia deixar de ser abordado. A classe camponesa que possui uma moral para lidar com a terra e que acredita no respeito à natureza para construir suas relações, possui riquíssimas memórias que expressam resistência na construção de seus territórios e territorialidades. Dessa forma, pensar nas memórias enquanto fator de resistência na luta camponesa pelo acesso à terra é permitir dar voz a grupos silenciados, valorizando suas trajetórias na construção de seus territórios e territorialidade. O presente trabalho tem como objetivo refletir a respeito da produção da territorialidade na luta pela terra e evidenciar que as memórias podem ser utilizadas nas discussões da Geografia enquanto resistência e que a questão agrária no Brasil tem muito a ser discutida em diferentes perspectivas.

Palavra-chave: Campesinato; memória; resistência; território; territorialidade

RESUMEN

La lucha por la tierra es inherente la formación del territorio brasileño y el campesinado siendo uno de los representantes de esta lucha todos los días no podía dejar de acercarse. La clase campesina que tiene una moral para el trato con la tierra y que cree en el respeto a la naturaleza para construir sus relaciones, tiene memorias muy ricas que expresan resistencias en la construcción de sus territorios y territorialidades. De esta forma, pensar las memorias como factor de resistencia en la lucha campesina por el acceso a la tierra es dar voz a los grupos silenciados, valorando sus trayectorias en la construcción de sus territorios y territorialidad. Intentamos mostrar que las memorias pueden ser utilizadas en discusiones de Geografía y que la cuestión agraria en Brasil tiene mucho para ser discutido en diferentes perspectivas.

Palabras-clave: Campesinado; memoria; resistencia; territorio; territorialidad

LISTA DE SIGLAS

CEBs – Comunidade Eclesiais de Base

CPT – Comissão Pastoral da Terra

FEPASA – Ferrovia Paulista S.A.

MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo

PCB – Partido Comunista Brasileiro

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos

ULTB – União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. CAMPEsinATO, TERRITÓRIO E MEMÓRIA	16
2. TERRITORIALIZAÇÃO DAS LUTAS POR TERRAS NO BRASIL	23
2.1 Os movimentos sociais na luta pela terra.....	27
2.2 O processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	33
3. O RESGATE DAS MEMÓRIAS DA LUTA CAMPONESA NO LOTE MÃE TERRA DO ASSENTAMENTO BELA VISTA	39
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
APÊNDICE - A	55

INTRODUÇÃO

Compreender a terra como algo cheio de vida e com relações tão fortes para o campesinato sempre me despertou interesses e ao mesmo tempo indignação pela concentração de terra em nosso território. Dessa forma ao ler, estudar e conversar com inúmeras pessoas sobre o tema me deparei com vários relatos marcantes sobre o acesso à terra, suas dificuldades e principalmente a relação do campesinato com a terra. Fatos esses resgatados por meio das mais belas e dolorosas memórias, me despertando para o potencial das memórias como fonte de resistência. O presente trabalho é fruto a princípio do interesse de estudar o caso de expropriação da Unidade de Conservação Jurupará em Piedade/SP, estudo que não caminhou, mas deu espaço para a questão atual. Assim sendo, o objetivo desse trabalho é a compreensão do campesinato como classe social a partir da memória e, portanto, como resistência na luta pela terra e conquista de territorialidade.

A constituição do território brasileiro está diretamente interligada às lutas camponesas, tendo em vista que a formação do Brasil é fruto das invasões dos territórios indígenas, da exploração e escravidão. Desta forma se deu a consolidação da produção do território capitalista no Brasil, como aponta Fernandes (1999).

Nesse processo de formação de nosso País, a luta de resistência começou com a chegada do colonizador europeu, há 500 anos, desde quando os povos indígenas resistem ao genocídio histórico. Começaram, então, as lutas contra o cativo, contra a exploração e, por conseguinte, contra o cativo da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão, que marcam a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, da luta dos imigrantes, da formação das lutas camponesas. Lutas e guerras, uma após a outra ou ao mesmo tempo, sem cessar, no enfrentamento constante contra o capitalismo. (FERNANDES, 1999, p.15)

A luta camponesa é a ação de resistência diante da intensificação da concentração fundiária, é a busca pela terra para nela trabalhar e obter condições de vida digna. Pode-se destacar a crise no regime escravocrata e o desenvolvimento do capitalismo como fatores importantes para tratar a luta camponesa. Pois com o fim da escravidão e a geração do trabalho livre no campo, outras relações de trabalho se configuraram, restando ao trabalhador sua força de trabalho para vender.

O trabalho livre, de acordo com Fernandes (1999) expandiu-se com a chegada dos imigrantes europeus que foram expulsos de suas terras, pois conforme Martins (1989, p. 16-17) “Se para o escravo a força de trabalho é o que conseguirá para o emigrante é o que restará”. Na medida em que os trabalhadores lutavam por terras, os ex-senhores de escravos e fazendeiros “grilavam” a terra, “e para realizarem seus interesses por meio da trama que construíram o domínio das terras, exploraram os camponeses” (FERNANDES, 1999, p.17). Deste modo, os camponeses trabalharam a terra, produziram novos espaços sociais e foram expropriados, expulsos tornando-se sem-terra. Tratando-se de uma luta historicamente construída, o presente trabalho irá refletir a respeito dessa luta a partir da periodização da constituição do território brasileiro. E assim, ao longo da história dessa classe foi constituindo-se memórias, sendo este o ponto fundamental do presente trabalho: pensar em como a memória pode se constituir como resistência na luta camponesa por terra. Acredita-se, pois, que a memória traz as riquezas de um povo, suas histórias de vida carregadas de detalhes particulares e coletivos que quando colocados em pauta expressam as transformações do espaço e as modificações sociais que ali ocorreram, sendo possível enxergar as raízes do que avistamos na atualidade, frutos de processos passados, além de que, a memória traz o sentimento de pertencimento a um determinado grupo.

No âmbito da Geografia, Moraes e Olesko (2018) compreendem que a memória está intimamente ligada à identidade, entendendo assim, que ambos os elementos fazem parte da construção territorial e da produção do espaço. Portanto, o presente trabalho é de suma importância, pois busca valorizar a memória da luta camponesa na constituição de seus territórios, essa trajetória é de grande valor, uma vez que, a história do campesinato é marcada por muitas lutas e resistência para garantir sua existência no território e seu lugar na sociedade.

A metodologia da presente pesquisa conta com pesquisas bibliográficas de diversos autores que nos trazem a temática da história de luta e constituição do campesinato, suas trajetórias no que tange a expropriação de suas terras e formação de movimentos de luta e resistência. Dentre os autores é válido ressaltar a contribuição da obra de José de Souza Martins e Bernardo Mançano Fernandes, e autores que colaboraram para a questão da memória neste contexto. Neste trabalho

realizou-se uma entrevista com a Maria Rodrigues e seu filho César, assentados do assentamento Horto Bela Vista em Iperó/SP. O roteiro pautou-se nas memórias da luta pela terra e na constituição do território e territorialidade, a entrevista foi gravada e transcrita (Apêndice I). Tanto a entrevista quanto a exposição dos nomes foram autorizados pelos interlocutores. Outro ponto importante é que a cada divisória de capítulo será apresentado uma fotografia do fotógrafo Sebastião Salgado, pois acreditamos que são imagens representativas da trajetória de luta e memória do campesinato por meio de suas fotos em preto e branco Sebastião Salgado consegue expressar a dor, amor e os valores presente na luta pela terra. As fotografias escolhidas fazem parte da exposição *Terras* que retratam o campo brasileiro.

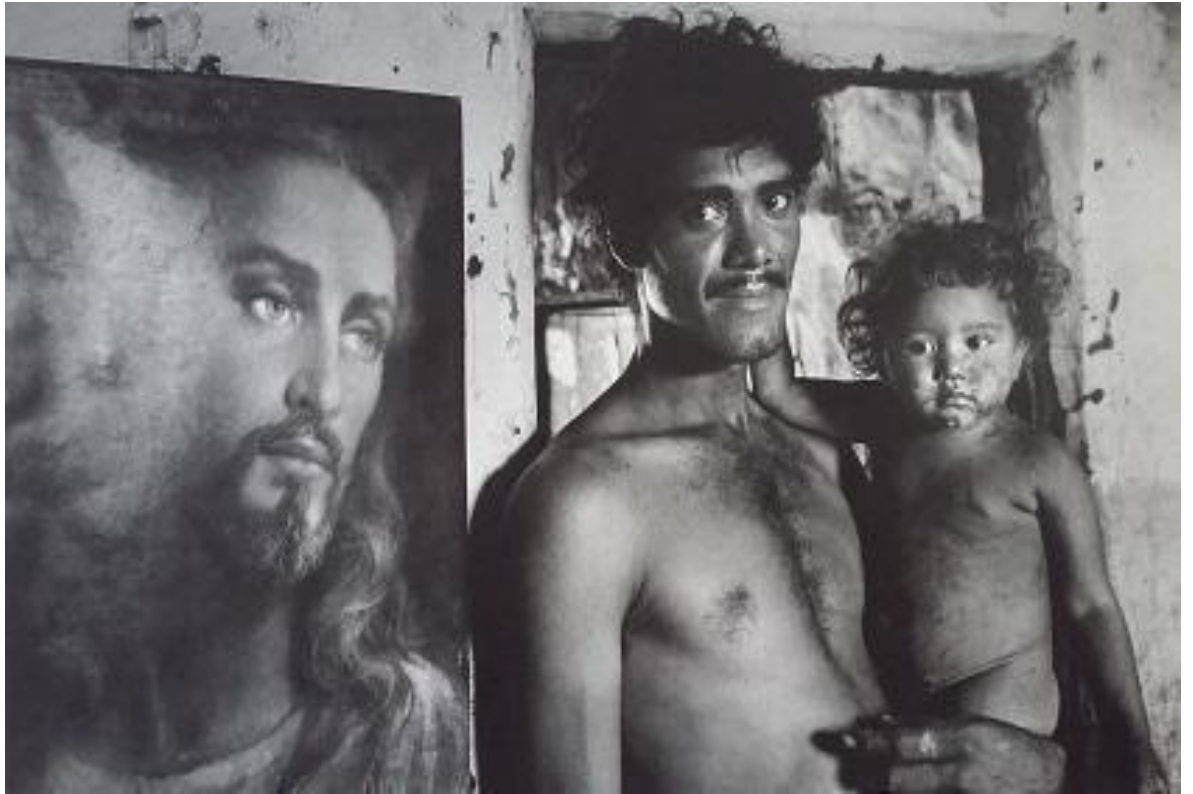
O primeiro capítulo traz os conceitos de campesinato, território e memória, pois, julga-se necessário deixar claro, o que cada um deles representa na totalidade do presente trabalho.

O segundo capítulo apresenta um breve histórico das lutas por terra no Brasil, lutas que estão presentes há séculos na constituição do território brasileiro, assim sendo, é apresentado um panorama histórico, desde as lutas messiânicas até a constituição do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

O terceiro capítulo traz a entrevista com a assentada Maria Rodrigues e seu filho César. Este é o momento de resgatar as memórias da luta camponesa no lote Mãe Terra do assentamento Horto Bela Vista em Iperó/SP e evidenciar a memória como resistência e constituinte de territorialidade.

E temos em apêndice a transcrição da entrevista pois acreditamos que esse documento traz uma riqueza de detalhes muito importantes para compreender um pouco mais o campesinato.

1. CAMPESINATO, TERRITÓRIO E MEMÓRIA



Sebastião Salgado

O presente capítulo busca trabalhar os conceitos de campesinato, território e memória, pois compreende-se que esses conceitos são pontos centrais no debate proposto neste trabalho. Para alcançar tais objetivos, fez-se um resgate bibliográfico, pretendendo evidenciar as principais características desses conceitos e em que medida estes se conectam no presente trabalho.

O conceito de campesinato, de acordo com Bombardi (2003), deve ser compreendido pelas relações sociais. Segundo Wootmann (1990) não devemos tratar o camponês como um pequeno produtor, mas interpretá-lo por meio de suas subjetividades, uma vez que, as diferenças entre ambos são grandes e serão expostas a seguir.

O campesinato deve ser entendido como classe social, pois de acordo com Bombardi (2003) o campesinato se reproduz no interior do capitalismo, o que o configura como uma classe social deste modo de produção, dado que, segundo, Martins (2018), o capitalismo precisa de relações não capitalistas para se desenvolver. Bombardi (2003) destaca a especificidade da produção camponesa que é o trabalho familiar, como o ponto central que faz com que ela não seja destruída pelo capitalismo, mas sim, reproduzida. Em razão de que, para o capitalismo o objetivo é a acumulação e para a economia camponesa o objetivo é a sobrevivência.

O campesinato como classe social, de acordo com Bombardi (2003) está sujeito ao capitalismo, sendo também explorado, não diretamente, mas sim, na medida em que sua renda é sujeita ao capital. No momento em que o camponês, buscando a sobrevivência de sua família, vende seus produtos por um preço inferior ao gasto, o capital está se apropriando de seu trabalho excedente. Bombardi (2003) denomina esse processo como sujeição da renda da terra ao capital.

Bombardi (2003), salienta três questões fundamentais para conceber o conceito de camponês, e julgo, de extrema importância apresentar essas concepções de forma a esclarecer o conceito que será utilizado neste trabalho. Sendo o primeiro, a questão de o campesinato ser compreendido como classe social, como já mencionado e, o segundo ponto, a luta camponesa pela terra, que acompanha o desenvolvimento do território brasileiro, processo que será trabalhado no próximo capítulo; e o terceiro ponto, trata-se da ordem moral camponesa.

Woortmann (1990) também estabelece a ordem moral camponesa como primordial para a compreensão do camponês, visto que, para este autor, o que se deve levar em consideração são os valores sociais, e não o do valor-trabalho, mas do trabalho enquanto valor ético, distanciando a visão economicista que permeia esse conceito.

Woortmann (1990), destaca então, que a ordem social camponesa que ele chama de “campesinidade” (p.13), tem um caráter mais holista do que individualista, a terra não é considerada mercadoria, mas sim, patrimônio familiar, uma dívida de Deus, e garantir sua integridade é uma questão de honra. Bombardi (2003) traz o conceito de economia moral, proposto por Thompson, que contribui para a reflexão do campesinato, pois, o mesmo destaca que a economia moral está indissociada de uma ordem moral e incontestavelmente se opõe à ordem econômica.

A ordem moral está associada a uma sociedade em que os indivíduos não são concebidos separadamente, em que fazem parte de um todo e, este, igualmente, também não é concebido como a soma de cada indivíduo, mas, ao contrário, pela relação que se estabelece entre todos os membros que o formam (BOMBARDI, 2003, p. 112)

Refere-se a valores diferentes da lógica economicista, pois, segundo Bombardi (2003) os laços de solidariedade são profundos e a vida se dá juntamente com a vida do outro, fazendo com que vizinhos e parentes saibam o que se passa com cada um, dessa forma, a individualidade é inexistente. Eles têm atitudes nobres, como o fato de que a dificuldade de outrem é encarada como a própria dificuldade, buscando dessa maneira a totalidade.

Bombardi (2003) destaca elementos que corroboram para o entendimento da moral camponesa, e acredito que é válido destacar, pois são práticas que estão atreladas aos seus costumes, como o fato de ter nas roças garrafas de água para afastar mau-olhado, procissões em pedido de chuva, inúmeras trocas materiais (alimentos plantados na roça, bolos e etc.) e trocas imateriais, como o conhecimento, pois, “ao contrário de terem o ‘segredo como a alma do negócio’ socializam seu saber, pois, ‘todo mundo tem que comer, não é?’” (BOMBARDI, 2003, p.114). A relação com a natureza merece destaque, pois se trata de um relacionamento pautado no respeito, dessa maneira, contribuindo para a constituição da moral camponesa.

A questão do ser “dono” da terra perpassa pela ordem moral, primeiramente, pelo uso da palavra dono e não proprietário, pois, segundo Woortmann (1990) o dono remete a uma ordem moral, onde a terra é patrimônio e transmitida de geração em geração, já o termo propriedade remete à pecuária e ao setor canavieiro, sendo a negação do trabalho. Deste modo, o que constitui o direito à terra é o fato de ter se trabalhado nela, portanto, “para o sitiante, os direitos sobre a terra não passavam pelo cartório, mas derivaram do trabalho” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p.19).

Thompson (1998) apud Bombardi (2003) aponta que a prática camponesa não se trata de uma questão de memória, mas sim, de algo que é inerente ao camponês, pois, apesar de toda a tecnificação, a ordem moral continua existindo. E Woortmann (1990) diz que a tradição não é simplesmente o passado sobrevivendo no presente, mas sim, o passado que no presente constrói possibilidades para o futuro. Nesse sentido, acredito que a moral camponesa possa ser analisada como uma forma de resistência, diante da perversão do sistema capitalista.

Portanto, o presente trabalho compreende o campesinato como classe social, representante da ética camponesa e da economia moral, tendo como centralidade, a terra, família, trabalho, e a moralidade, a qual está atrelada a noções de honra, justiça e reciprocidade.

O outro conceito fundamental a ser abordado é o de território, uma vez que a luta por terra diz respeito à constituição de uma territorialidade camponesa. Sabe-se que o conceito de território no âmbito das ciências geográficas tem diferentes compreensões. Neste momento, serão utilizadas as perspectivas de Haesbaert e Limonad (2007), as quais apontam que, à medida que os homens tomam consciência do espaço em que estão inseridos por meio de uma visão subjetiva e se apropriam com uma visão mais objetiva, constroem o território e de alguma forma passam a ser constituídos por ele. Haesbaert e Limonad (2007) nos apresentam ainda, que o território não pode ser confundido com a simples materialidade do espaço socialmente construído, sendo simultâneo à apropriação simbólica e o domínio em um sentido político-econômico de um espaço socialmente partilhado.

Por essa perspectiva, compreende-se neste trabalho que o território é uma construção histórica e, portanto, social, que segundo os autores ocorre a partir das

relações de poder que são concretas ou simbólicas, envolvendo a sociedade e o espaço geográfico. Sobre a dimensão subjetiva do território Haesbaert e Limonad (2007) denominam-se de consciência, apropriação ou em alguns casos de identidade territorial, sendo este, o ponto que será explorado neste trabalho, na medida em que falaremos de identidade territorial por meio das memórias.

Uma perspectiva válida a ser acrescentada na discussão do território é a apresentada pelo geógrafo Milton Santos. O autor em questão diz que o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superposta, pois o território deve ser entendido como o território usado, uma vez que o território usado é o chão mais a identidade, e a identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. Portanto, segundo Milton Santos, "O território é o fundamento do trabalho; o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida" (SANTOS,1999, p.8). Nesse sentido, o conceito de território perpassa por sua funcionalidade.

Salvador (2009) evidencia que para Milton Santos o território entendido como mera forma não interessa à abordagem geográfica, mas sim, o conteúdo do território. Neste contexto, pode-se compreender como conteúdo, o processo histórico de uso do território, que revela os interesses diversos que agem nele. Logo,

O território é tido como social, isto é, guardando em si as marcas do trabalho humano, das relações de poder dos homens entre si e com o meio circundante. Além disso, o território usado também revela as ações estatais que são postas em tela em diferentes contextos, privilegiando, geralmente, os interesses das classes hegemônicas. (SALVADOR, 2009, p.112)

Dessa forma, as concepções apresentadas de território contribuem para traçar as reflexões que compõem o trabalho em questão. Partindo da premissa de que o processo histórico da construção do território e da territorialidade estão ligados a memória, entende-se que

Na produção territorial sempre tem um ponto de partida que nunca é ileso das ações do passado. O processo territorial desenvolve-se no tempo, partindo sempre de uma forma precedente, de outro estado de natureza ou de outro tipo de território. Deus partiu do Caos, isso não pode acontecer com os homens, mesmo se tivessem a sensação de que os seus predecessores fossem 'caóticos'. (RAFFESTIN, 2009, p.31, apud FLAVIO, 2011, p.46)

Em Geografia, de acordo com Flávio (2011) um dos precursores da ideia de analisar o passado é o Humboldt, nos estudos em que buscou interpretar a questão cultural de populações indígenas, e também Ratzel que se preocupou em estudar fatos culturais de alguns povos. Contudo, o estudo da memória propriamente, não possui grandes tradições na Geografia. Flávio (2011) destaca que para realizar os estudos em Geografia, tendo como objeto de análise a memória, é preciso utilizar o conhecimento proveniente de outras ciências como a História, Sociologia, Antropologia e Psicologia. Neste sentido, o presente trabalho buscou referências em diversas áreas.

Posto isso, a memória é uma das principais funções psíquicas que alimentam as percepções e representações dos seres humanos acerca do mundo em que vivem (AUMONT, 2002 apud FLÁVIO, 2011). Dugas (1917) Compreende que memória é a capacidade de abordar percepções do passado, para criar compreensão do presente e traçar o futuro, através de um recorte de experiências.

Flávio (2011) traz que a memória no âmbito da Geografia não é analisada como categoria biológica ou psicológica capaz de conservar informações, mas sim, como elemento importante na construção da identidade, haja visto que, em Geografia Moraes e Olesko (2018) compreendem que a memória está intimamente ligada à identidade, e que ambos os elementos fazem parte da construção territorial e da produção do espaço.

Temos a memória individual e a coletiva. Compreendendo a coletiva como uma construção social, Ricoeur (2000) sugere que essa construção perpassa por um processo de “memorização”. Neste contexto, na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho”. (BOSI, 1997, p. 17-29) É válido destacar que as memórias sofrem influências do poder hegemônico, pois, tenta-se criar uma memória universal, um esforço para implantar a visão do passado dos grupos dominantes, sendo contraditoriamente coletivo. (FLÁVIO, 2011).

A sociedade capitalista destrói os apoios da memória, invadindo as memórias individuais, substituindo as lembranças dos grupos ou pessoas oprimidas pela história oficial celebrativa, e a história dos vencedores tende a pisotear as histórias dos vencidos. (CHAUÍ, 1979, p.1). Portanto, falar das memórias é uma maneira de dar voz aos oprimidos.

Halbwachs (1990) aponta que as memórias coletivas e as individuais se entrecruzam, articulando ambas em uma coesão, que une em uma única memória diferentes grupos da sociedade. Deste modo, haverá várias memórias coletivas no interior de uma sociedade. Neste cenário, segundo Bosi (1979) a memória do indivíduo estará atrelada aos seus relacionamentos, como com a família, igreja, classe social e os demais grupos que um indivíduo possa pertencer.

Resgatar a memória é uma conexão entre tempo e espaço, e o presente trabalho fez uso dela para evidenciar a luta do campesinato pelo acesso à terra, sendo a memória neste contexto, pessoal, mas essa é também, uma memória familiar, social e grupal. (BOSI, 1979, p.1).

2. TERRITORIALIZAÇÃO DAS LUTAS POR TERRAS NO BRASIL



Sebastião Salgado.

A luta pela terra no território brasileiro se faz presente há séculos, e os camponeses seguem lutando e resistindo contra a expropriação e a exploração do trabalho no campo. “Em todos os períodos da história, os camponeses lutaram para entrar na terra. Lutaram contra o cativo, pela liberdade humana. Lutaram pela terra das mais diferentes formas, construindo organizações históricas.” (FERNANDES, 1999, p. 1).

Os registros de lutas pelas terras de acordo com Fernandes (1999) podem se iniciar desde as lutas messiânicas, cangaço, ligas camponesas até o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e demais movimentos sociais do campo da atualidade, haja visto que a luta nunca parou em nenhum período histórico. Ao tratar as lutas pela terra é necessário refletir a respeito da estrutura fundiária brasileira, a qual desde as capitânicas hereditárias apresenta grandes concentrações de terras, que resultaram nos latifúndios modernos, modelo o qual Fernandes (1999) aponta que é insustentável e imposto por meio do poder e da violência que faz com que centenas de camponeses venha a óbito anualmente no campo.

A intensificação da concentração fundiária está atrelada à ocupação de terra, que constitui, de acordo com Fernandes (1999), um dos maiores problemas do Brasil. A questão agrária, dessa forma, passou a ser pauta de grande relevância no Brasil, uma vez que a concentração fundiária é resultado da exploração e desigualdades historicamente construídas.

Sendo assim é válido ressaltar as lutas indígenas, pois Fernandes (1999, p.1) aponta que “desde a chegada do colonizador português, começaram as lutas contra o cativo, contra a exploração e conseqüentemente, contra o cativo da terra”. Nos séculos XVI e XVII indígenas como os Potiguaras, Tamoios e Guaranis travaram batalhas contra a invasão de seus territórios e contra a escravidão.

Ao longo do tempo a escravidão indígena foi sendo substituída pelo trabalho forçado dos povos provenientes da África e, de acordo com Fernandes (1999), no final do século XVI o território brasileiro já abrigava mais de 15 mil africanos escravizados nos engenhos, fato que durou anos. Martins (2018) aponta que em virtude da insustentabilidade do escravismo, gerado por uma série de fatores, dentre eles, resistência e o advento do capitalismo em terras brasileiras. Em 1850 o Brasil decretou

o fim do tráfico negreiro e neste período surgiu um regime de trabalho singular, assim como aponta Martins (2018), o colonato. Este sistema se configurou como uma das primeiras formas de trabalho livre nas fazendas de café, representado pelos imigrantes. Não se trata de um regime de trabalho assalariado, uma vez que os trabalhadores não recebiam pelo seu trabalho apenas em dinheiro, que é a forma tipicamente capitalista de assalariamento, mas sim, pelo conjunto de três formas, sendo elas: um pagamento em dinheiro de maneira proporcional pelo trato do café; outro pagamento proporcional pelo café colhido; e o direito à produção direta de alimentos em terras não ocupadas pela cultura do café ou dentro do próprio cafezal quando possível a realização do consórcio, como uma prática de subsistência.

Sendo assim, não se trata de uma relação de trabalho tipicamente capitalista, a partir de salários mensais e em dinheiro. No sistema de colonato, o valor pago em dinheiro, conforme o contrato, era insuficiente para a manutenção da vida. O excedente do plantio poderia ser comercializado, essa comercialização se dava para adquirir produtos que não produziam e, muitas vezes, o excedente estava consignado a comerciantes próximos para que o colono pegasse as mercadorias de acordo com suas necessidades. Segundo Martins (2018), a produção dos meios de vida configura-se em um componente camponês pré-capitalista na relação de trabalho, além de que, o trabalho não ocorria de maneira individual e sim familiar, englobando toda a família nas tarefas do trato e colheita do café.

O regime de colonato dava a falsa impressão de trabalhar para si mesmo, produzindo os seus meios de subsistência, mas os trabalhadores estavam sendo explorados pelos fazendeiros. O colono compreendia o trabalho no cafezal como uma forma de tributo por plantar nas terras do fazendeiro. De acordo com Martins (2018) trabalhar para prover sua subsistência e no cafezal duplicava sua jornada de trabalho, deixando nítida a peculiar e oculta exploração que havia. Entretanto, o colono enxergava também nessa relação meios para alcançar suas aspirações de autonomia como proprietário de terras, “para livrar-se da sujeição da propriedade alheia teria que tornar-se proprietário” (MARTINS, 2018, p. 81). Tarefa árdua diante das imposições e explorações, uma vez que a propriedade fundiária tem em sua constituição as relações desiguais.

Com as transformações que ocorreram no regime de propriedade para se ter terras não bastava ser um homem livre, era necessário pecúlio para comprar terras, dessa forma, os ex- escravos não poderiam adquiri-las e os imigrantes na condição de colonos que trabalhavam nas fazendas de café também não, portanto,

O país inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava. O cativo da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje. (MARTINS, 2018, p. 10)

Dessa forma, o cativo da terra tem a concentração de terras que está fundamentada na economia de exportação e no latifúndio. Martins (2018) aponta que no Brasil a propriedade territorial acasalou terra e capital, maneira encontrada para criar acumulação visando a modernização. Pensando em uma escala global, ocorreram grandes mudanças no modo de produzir e no que os países produziam, já no Brasil, essa mudança não ocorreu.

Com o café foi o contrário: a função e o produto permanecem os mesmos e o processo de trabalho não mudou. O colono continuou a fazer exatamente o mesmo que o escravo fazia, mudando apenas a forma social da organização do trabalho, do trabalho coletivo do eito para o trabalho familiar (MARTINS, 2018, p. 11)

Para Martins (2018) “O capitalismo nos seus momentos de expansão não apenas redefine antigas relações, subordinando à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas, igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução.” (MARTINS, 2018, p.36). O território brasileiro tem suas relações com a terra calcadas nas ações provenientes do período colonial, que desde as sesmarias, perdurou por todo o regime colonial, caracterizando-se como a gênese do que conhecemos como latifúndios atualmente.

Pensar nas questões das terras brasileiras passa pela lei de terras de 1850, que surge de acordo com Podeleski (2009) como uma tentativa de manter o domínio sobre o território e estreitar relações com os proprietários de terras, pois com a nova lei, a terra deixa de ser concedida por meio de doações e passa a ter a obrigatoriedade da compra, havendo como Martins (2018) aponta, a transformação da terra em mercadoria capaz de gerar lucro. Deste modo,

A Lei de Terras, de 1850, e a legislação subsequente codificaram os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as

garantias legais e judiciais de continuidade do padrão de exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso. Na iminência de transformações nas condições do regime escravista, que poderiam comprometer a sujeição do trabalhador, criavam as peculiares condições que garantisse, ao menos, a sujeição dos trabalhadores na produção de café. (MARTINS, 2018 p. 50)

Com esse instrumento legal e jurídico, de acordo com Martins (2018) o monopólio consolidou-se ainda mais, estreitando os laços entre os interesses econômicos do grande fazendeiro com o Estado, impossibilitando o acesso à terra aos trabalhadores sem dinheiro.

É interessante ressaltar que ao passo que a escravidão foi proibida a mão de obra livre cada vez mais necessária, a Lei de Terras contribuiu no processo de exploração desses trabalhadores, uma vez que não se tem como comprar terras e cultivar nelas, os camponeses se encontram obrigados a trabalhar para os latifundiários. Silva (2015) afirma que no contexto da expansão do capitalismo mundial o Brasil oficializou a transformação da terra em mercadoria por meio da Lei de Terras, passando o poder que exerciam sobre os escravos para o poder na condição de proprietário de terras. Desse modo, a problemática fundiária brasileira se faz presente desde a constituição do território brasileiro, que se deu por meio da concentração de terras através da "grilagem" que gerou o sentimento de indignação entre os trabalhadores que para alcançar mudanças passaram a se organizar buscando justiça em relação a essas ações. E a partir dessa organização temos a construção dos movimentos sociais na luta pela terra.

2.1 Os movimentos sociais na luta pela terra

Compreende-se que as terras que constituem o território brasileiro têm como característica a forte concentração fundiária, que de acordo com Morissawa (2001) se constituiu desde o domínio da coroa portuguesa e após a independência com o segundo império e a Lei de Terras que exclui de vez os camponeses sem terra. No entanto é válido ressaltar que Morissawa (2001) aponta que diante do contexto, surgiram movimentos a partir da República reivindicando o direito à terra. Pode-se citar entre os movimentos, os liderados por Antônio Conselheiro, tendo também

movimentos liderados pelo Monge José Maria e já na década de 1950 a Liga Camponesa.

No que diz respeito às lutas messiânicas, Morissawa (2001), nos traz que no período de 1888 até 1930 em todas as lutas pela terra havia um líder messiânico, sendo um intermediário na comunicação de Deus com o povo. Pode-se destacar dois movimentos desse período, sendo Canudos na Bahia e a Guerra do Contestado na região do Paraná e Santa Catarina, “ambos envolveram milhares de camponeses pobres e somente foram derrotados pela brutal repressão das tropas federais” (MORISSAWA, 2001, p. 86). No Arraial dos Canudos, todos tinham direito à terra e desenvolviam a agricultura familiar, chegando a ter cerca de 10 mil habitantes, tendo a terra como fonte de vida. Sendo que, “Canudos foi o maior exemplo da organização de resistência camponesa do Brasil” (FERNANDES, 1999, p. 03), a organização econômica da ocupação da fazenda Canudos se deu por meio do trabalho cooperado, fato esse, essencial para o desenvolvimento das famílias que ali estavam, subvertendo a ordem coronelista e latifundiária. Desde este período, os camponeses já foram declarados como inimigos de guerra, e assim, segundo Fernandes (1999) de outubro de 1896 a outubro de 1897 o exército brasileiro investiu em ataques constantes e o povo de Canudos resistiu até o último suspiro de suas vidas.

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até o esgotamento completo... caiu no dia 5 de outubro de 1896, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados. (FERNANDES, 1999, p. 03)

A guerra contra os camponeses foi sendo intensificada a cada instante, os coronéis seguiam controlando a terra e a vida dos camponeses e na primeira década do século XX de acordo com Fernandes (1999) iniciou-se outro movimento de resistência, o qual foi denominado de a Guerra do Contestado, fruto da entrega de terras para empresas estrangeiras por parte dos governantes, Empresas norte-americanas receberam terras para construir a ferrovia São Paulo – Rio Grande e, para tal feito, camponeses foram expropriados, segundo Morisawa (2001). Diante do contexto, surge o movimento de resistência de caráter político-religioso liderado pelo José Maria, conhecido como Monge, o qual foi fortemente perseguido e conquistou vários seguidores que junto a ele lutaram, e foram combatidos pelos coronéis

representados pelos seus jagunços e forças militares da época; milhares de camponeses foram assassinados.

Em ambas as lutas, os camponeses foram destruídos, e os movimentos desse período, segundo Fernandes (1999), possuem como características em comum a luta que acredita na construção de uma nova organização social, na qual a república dos coronéis, os latifúndios e a miséria não fariam parte. No entanto, para manter a ordem os latifundiários e o governo valeram-se das forças militares para vencer o povo que buscava por terra e vida digna, portanto, “não era a monarquia que combatiam, mas sim a insurreição dos pobres do campo” (FERNANDES, 1999, p. 03)

Durante o governo de Getúlio Vargas as lutas camponesas, ainda que isoladas, ocorriam em todo o território brasileiro. É interessante destacar por exemplo o que ocorria nas terras da região de Governadores Valadares, em Minas Gerais, que de acordo com Morissawa (2001) nesta área havia muitos posseiros. Com a perspectiva de valorização da região surgiram vários “donos” que passaram a exercer um domínio sobre os que já viviam naquelas terras e deste modo, impuseram aos posseiros a condição de derrubar a mata para formação de pastos. O plantio era somente para subsistência e, segundo Morissawa (2001), na medida que a fazenda se constituía, os mesmos que a ergueram eram expulsos da terra, prática comum no território brasileiro.

No Estado de São Paulo os conflitos relacionados às questões da terra foram constantes durante a década de 1950 e 1960. Segundo Morissawa (2001), às lutas que ocorreram foram de posseiros que tentavam manter-se na terra, dos Sem Terras e de trabalhadores assalariados que lutavam por aumento de salário ou para receber de seus patrões o que lhes deviam. Morissawa (2001) destaca os conflitos do Pontal do Paranapanema, local no qual no final do século XIX os “grileiros” derrubavam a mata atlântica para transformar em pastos e colocar cabeças de gado como uma forma de justificar sua presença na terra e para fugir da fiscalização que ocorria por parte do Governo usavam as famílias sem-terra, permitindo-os que plantassem para subsistência naquelas terras, com o acordo de que se o governo questionasse as famílias deveriam responder que eram empregados. No entanto, para que pudessem ficar nas terras deviam trabalhar fazendo pastos como forma de “pagamento”. E após conseguir seus vastos pastos os “grileiros” expulsavam as famílias das áreas e se

houvesse resistência havia os jagunços da fazenda para retirar as famílias à força das terras. Nota-se a resistência e a exploração que eles viveram. Desse modo, a luta e resistência contra a expropriação da terra e pela preservação da vida se deu em toda extensão territorial brasileira, representando segundo Fernandes (1999) uma força política que desafiava e contestava a ordem instituída.

Diante do contexto de exploração e direitos negados, surgem, de acordo com Morissawa (2001) de 1954 a 1964, organizações camponesas que lutavam pela reforma agrária, como a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTB) as Ligas Camponesas e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER).

As Ligas Camponesas tiveram seu início na década de 1950 em Pernambuco, pois no Nordeste a questão do uso da terra tem a especificidades do foro, que de acordo com Morissawa (2001) as terras estavam nas mãos dos foreiros que eram os agricultores que as ocupavam quando estavam sem uso por seus donos, em troca de um foro, que era uma espécie de aluguel. No ano de 1955, os donos do Engenho Galiléia em Vitória de Santo Antão impuseram o aumento do foro e tentaram expulsar os foreiros da terra, criando assim, a resistência e a mobilização. Reuniões passaram a ocorrer na Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco e entidades como a Liga Camponesa da Galileia foi criada. Nos anos seguintes novas ligas surgiram de acordo com Morissawa (2001), em mais de trinta municípios de Pernambuco e outros estados do Nordeste e demais regiões do país. A organização dessas lutas se fez necessário na medida em que conflitos entre os trabalhadores e fazendeiros tornaram-se comuns e muitos trabalhadores morriam lutando para ter acesso à terra.

Morissawa (2001) diz que, em 1962 houve uma série de congressos que reuniram representantes de diversas ligas, e nesse momento a consciência em torno de uma reforma agrária radical já estava constituída. “Os camponeses resistiram na terra e chegaram a realizar ocupações de terra. Eles tinham como lema Reforma agrária na lei ou na marra” (MORISSAWA, 2001, p. 93). Em relação a União de Lavradores Agrícolas do Brasil (ULTAB) teve como objetivo coordenar as associações camponesas e criar as condições para uma aliança política entre os operários e os trabalhadores rurais. Seus líderes eram camponeses e alguns indicados pelo partido

político PCB – Partido Comunista Brasileiro, essa organização se espalhou para vários estados.

Já o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) nasceu em 1950 no Rio Grande do Sul por meio da luta de 300 famílias de posseiros no município de Encruzilhada no Sul, e seguiu espalhando-se por todo o estado. Em 1962, de acordo com o Morissawa (2001), o MASTER iniciou os acampamentos, sendo uma luta para entrar na terra. Esse movimento cresceu com o apoio do governador Leonel Brizola e foi enfraquecido com os ataques do novo governador. As lutas e resistência ganharam proporções cada vez maiores no território brasileiro. Em Goiás, por exemplo, Fernandes (1999) ressalta a resistência que ocorreu com a construção da Transbrasiliana e o projeto de colonização na década de 1950, feito pelo governo federal e estadual que valorizaram terras devolutas, que estavam ocupadas por posseiros. Na medida em que houve a valorização, foram “griladas” por fazendeiros que forjaram documentos para a legalização fundiária, este contexto, provocou resistência dos povos de Trombas e Formoso, e foram atacados pelos jagunços e pela polícia militar. Fernandes (1999) aponta que as lutas se espalharam pelo Estado e posteriormente foram aniquiladas pelo governo militar.

É válido ressaltar, neste período, os sindicatos como forma de organização das classes trabalhadores compondo a luta pelo direito à terra, em 1962 ocorreu a regulamentação da sindicalização (MORISSAWA, 2001). Os sindicatos que já existiam passaram a ser reconhecidos e outros começaram a ser organizados. Um ponto importante a se destacar é que, a perspectiva de formação de confederações e federações dos trabalhadores aconteciam dentro das cúpulas das organizações, deixando os trabalhadores alheios ao que estava acontecendo.

Morissawa (2001) aponta que a primeira Convenção Brasileira do Sindicato de Trabalhadores Rurais ocorreu em Natal, com a participação da Igreja Católica, e nesta convenção foi proposta a criação de uma fundação e de uma confederação sindical. Entende-se que a constituição de sindicatos seja a tomada de consciência em busca de uma organização para lutar por terras.

No entanto, no decurso da constituição do território brasileiro os camponeses e todos os trabalhadores que queriam ter seus direitos garantidos foram mantidos à

margem do poder. De acordo com Fernandes (1999), essa dominação sempre se deu por meio da violência, uma vez que, nos projetos nacionais sequer foram considerados. Haja visto, o período do golpe militar de 1964 que significou um retrocesso, havendo o aumento do fosso social, aumentando a concentração de renda que segundo Fernandes (1999), promoveu a miséria e a concentração fundiária. Este fato impulsionou o maior êxodo rural da história brasileira e o campo neste período ainda vivenciava o avanço do capitalismo, experimentando a miséria e a concentração de riquezas.

Esse processo transformou o meio rural com a mecanização e a industrialização, simultaneamente a modernização tecnológica de alguns setores da agricultura. Também expropriou, expulsou da terra os trabalhadores rurais, causando o crescimento do trabalho assalariado e produzindo um novo personagem da luta pela terra e na luta pela reforma agrária: o bóia fria (FERNANDES, 1999, p.5).

A união entre militares e burguesia objetivava controlar a questão agrária com o uso de violência e com a implantação da agricultura capitalista em oposição à agricultura familiar. De acordo com Fernandes (1999), ações políticas como incentivos fiscais e subsídios simultaneamente com o estímulo à expropriação e à expulsão de famílias camponesas das terras acentuaram a concentração fundiária no Brasil.

O Brasil se transformou no paraíso dos latifundiários e os camponeses foram forçados a migrar pelo território brasileiro e para o Paraguai. O ataque contra os trabalhadores, e especificamente contra os camponeses, agregou novos elementos à questão agrária, aumentando e expandindo os conflitos, fazendo eclodir as lutas camponesas. (FERNANDES, 1999, p. 5)

Na década de 60 até o final da década de 70 tinha-se lutas pela terra em todo o país, e o governo com o propósito de controlar a questão agrária acabou por militarizar a problemática da terra, (FERNANDES,1999). O mesmo autor aponta que em 1985 os jagunços e a polícia militar mataram um trabalhador rural a cada dois anos.

A luta pela terra contou também com a participação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que se espalharam por todo o país, sendo importantes lugares sociais, pois segundo Fernandes (1999), serviam como pontos de apoio para a organização e conscientização da importância da luta contra as injustiças. A Igreja Católica criou a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que trabalhou em conjunto com

as paróquias nas periferias das cidades e comunidades rurais, articulando os novos movimentos camponeses que surgiram no período militar, sendo um misto de esperança e resistência.

O fim do campesinato foi almejado pelos militares com a implantação do modelo de desenvolvimento econômico representado pela agropecuária, além de reprimir a luta pela terra e não realizar a reforma agrária. Porém, foi neste contexto que surgiu, de acordo com Fernandes (1999), o mais amplo movimento camponês da história do Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

2.2 O processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

O processo de formação do MST iniciou-se na ocupação da gleba de Macali em Ronda Alta no Rio Grande do Sul, tendo um grande apelo histórico, pois essas terras já eram conhecidas do período do MASTER, que organizou acampamentos na região. Dessa forma, “a luta pela conquista destas terras estava registrada na memória dos camponeses, que agora participavam de uma luta maior: a luta pela construção da democracia” (FERNANDES, 1999, p.6). O MST em sua construção contou com a interação com outras instituições, dentre elas, a Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e assim, valendo-se do passado de luta camponesa o MST construiu o seu espaço político, garantindo sua autonomia.

O MST leva na memória a história camponesa que está construindo. Esse conhecimento explica que o fato de os camponeses não terem entrado na terra até os dias de hoje é político. É a forma estratégica de como o capital se apropriou e se apropriou do território. Portanto, as lutas pela terra e pela reforma agrária são antes de mais nada, a luta contra o capital. É essa luta que o MST vem construindo essa história que completa 500 anos. (FERNANDES, 1999, p.6).

Fernandes (1999) aponta que a gênese do MST não pode ser definida por meio de um único momento ou ação, mas sim um conjunto de ações e momentos que tem como início o ano de 1979 e vai até 1984, período o qual é definido como o processo de gestação do MST,

Chamamos de gestação o movimento iniciado desde a gênese, que reuniu e articulou as primeiras experiências de ocupação de terra, bem como as reuniões e os encontros que proporcionaram, em 1984, o nascimento do MST ao ser fundado oficialmente pelos trabalhadores em seu primeiro encontro nacional. (FERNANDES, 1999, p. 40)

As famílias que ocuparam as Glebas de Macali em Ronda Alta haviam ocupado anteriormente a terra indígena por meio da condição de rendeiros do Serviço de Proteção ao Índio – SPI. Arrendamento que foi concedido pelo governo às famílias do MASTER que resistiram acampando na fazenda Sarandi. De acordo com Fernandes (1999), levou 15 anos para que os indígenas Kaigangs da reserva de Nonoai conseguissem cessar a relação de exploração, fazendo com que os colonos fossem expulsos das terras, restando-lhes três outras formas de viver, sendo elas: tornar-se assalariado de empresas da agropecuária ou indústrias; migrar para o projeto de colonização da Amazônia; ou lutar pela terra no Rio Grande do Sul, sendo a última opção o desejo da maioria dos colonos. No entanto, Fernandes (1999) destaca que neste momento, não havia uma organização social que pudesse auxiliar nessa conquista e, dessa forma, houve a dispersão da maior parte das famílias que passaram a perambular pelo Noroeste Rio – Grandense, acampando nas beiras de estradas, algumas famílias foram morar em paióis ou casas de parentes. Ainda segundo Fernandes (1999), algumas famílias tiveram como única opção morar em chiqueiros junto com os animais. Em dois meses os colonos sem-terra começaram as primeiras ocupações, sendo ocupadas as glebas de Macali e Brilhante em Ronda Alta e na reserva Florestal da fazenda Sarandi localizada em Rondilha -SC. É válido ressaltar que as glebas eram terras públicas que estavam arrendadas para empresas.

Fernandes (1999) traz o ocorrido na Paróquia de Ronda Alta, em que o padre abrigou cerca de 50 pessoas que já estavam exaustas de pedir apoio e não encontrar. Nessa estadia houve entre as reflexões ideias de como poderiam sobreviver à situação de desamparo em que estavam e decidiram participar dos acampamentos que havia na região, onde as ações e a organização deveriam provir dos próprios trabalhadores. Organizaram nessa reunião que cada família deveria conversar com outras famílias e se encontrar novamente para uma nova reunião na casa paroquial, e decidiram em realizar assembleias nos acampamentos, permitindo, segundo Fernandes (1999), a construção de uma organização para lutar pelos seus direitos.

Visando uma maneira de trazer avanços, em 1979 com o apoio da CPT e de um funcionário da Secretaria de Estado da Agricultura, foi realizada uma assembleia para traçar seus destinos, pois estavam divididos entre lutar pela terra no Estado ou migrar para o Mato Grosso. Fernandes (1999), destaca que foi reconhecido que as soluções dos problemas estavam na coletividade e não em buscar ações individuais. Por isso, o grupo fez um abaixo assinado ao governador reivindicando assentamento no Estado e deixando claro que, caso não fossem atendidos a fazenda Sarandi seria novamente ocupada. Conseguiram assim uma audiência com o governador, reivindicando o assentamento nas glebas Macali e Brilhante. De acordo com Fernandes (1999), o governador pediu um prazo de trinta dias para respondê-los, tal resposta não chegou e decidiram em conjunto que o único meio seria a ocupação da terra.

Segundo Fernandes (1999), a ocupação se deu na noite do dia 6 e na madrugada do dia 7 de setembro, e assim, 110 famílias de colonos sem-terra entraram na gleba Brilhante e acamparam na gleba Macali: “Era a madrugada do dia 7 de setembro de 1979, a lua cheia clareava o caminho da terra prometida e em pouco tempo a Macali era terra ocupada” (FERNANDES, 1999, p.42). Neste sentido, é válido ressaltar que, de acordo com Fernandes (1999), o ato de acampar é a luta pela terra, significa algo transitório para transformar a realidade e assim, como decidido nas reuniões, cravaram uma cruz no chão do acampamento para representar o sofrimento e a conquista. Nesta cruz havia a bandeira do Brasil, tanto pelo fato de ser o dia da pátria quanto porque lutavam para serem cidadãos. Na tarde do mesmo dia celebraram recordando tudo o que já haviam vivido até o momento, reconstruindo por meio das memórias a própria história e leram o versículo do livro de Êxodo que descreve a caminhada em busca da terra prometida.

Desde o início da sua formação os acampamentos dos colonos foram espaços de luta e resistência estando dispostos a qualquer tipo de enfrentamento, haja vista que no dia 8 de setembro chegou a brigada militar e montou acampamento próximo à área ocupada pelos colonos. Diante do ocorrido, as mulheres junto aos seus filhos formaram uma corrente em torno do acampamento, enfrentando a brigada e pressionando para que ela recuasse, fazendo com que o governo se dispusesse a negociar. Segundo Fernandes (1999), as lideranças cobraram do governador

declarações dadas anteriormente nas quais ele dizia que ocuparia junto a eles a terra, fala que foi provada por meio de um recorte de jornal deixando o governador pressionado. Diante disso, ficou autorizado por parte do governo que os colonos plantassem na área e a Brigada Militar foi retirada do local, nascendo a primeira experiência de organização do trabalho e da produção na terra conquistada.

Conforme Fernandes (1999), Macali consolidava a escolha de ficar no próprio Estado e abria precedentes para novas lutas, como a que ocorreu em 25 de setembro, na fazenda Brilhante, onde 170 famílias ocuparam as terras. Havia no local plantação de soja e milho, o que intensificou a repressão policial, no entanto, de acordo com Fernandes (1999), a luta pela terra ganhava o apoio da sociedade e o governo não usou de violência nessa situação.

As negociações não chegaram a uma solução definitiva para o assentamento das famílias, e em busca de uma resposta, as mulheres foram para o enfrentamento. No período de colheita cercaram as máquinas com um cordão de mulheres, prontas para lutar e resistir, impedindo que a soja e o milho fossem colhidos. Este ato, obteve como resultado o assentamento das famílias e a permissão para colher parte do milho e da soja. Neste momento, a área já não era o suficiente para assentar todos que se encontravam ali, e após a conquista de Macali e Brilhante segundo Fernandes (1999), os remanescentes ocuparam a fazenda Anoni em outubro de 1980.

No entanto, essa ocupação contou com a intervenção da polícia militar que despejou todas as famílias e prendeu 12 trabalhadores, ocasionando a desmobilização das famílias. A derrota neste momento serviu para fortalecer a luta que posteriormente trouxe a conquista da Anoni na década de 1980. Nota-se que na construção de novas realidades a luta se faz presente, “a luta pela terra ensina. Cada família tem uma história rica em acontecimentos que marcam para toda a vida” (FERNANDES, 1999, p.46).

No ano de 1981 surge o acampamento Encruzilhada Natalino, que futuramente tornou-se símbolo de resistência à ditadura militar, se opondo à política fundiária do governo, que privilegia o grande capital imposto aos camponeses, à miséria e à fome. Por outro lado, segundo Fernandes (1999), a política dos trabalhadores é resistência na conquista da terra e do trabalho, buscando garantir a dignidade e cidadania dos

camponeses sem-terra. Portanto, a Encruzilhada, para Fernandes (1999), é simbólica, pois apresenta-se como o cruzamento dos caminhos construídos ao longo da resistência. Sendo ainda o momento de tomada de decisões, o instante em que se reflete, averígua-se os caminhos existentes e compreende-se que o caminho ainda não existe, é preciso fazê-lo.

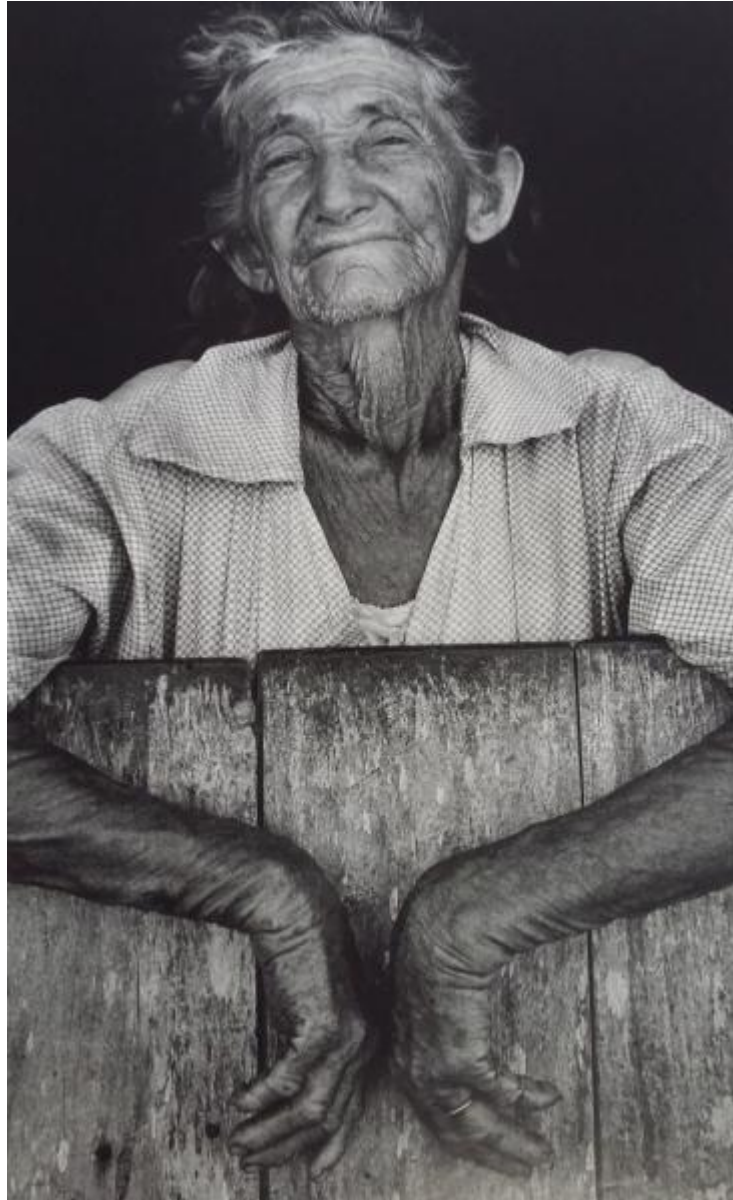
E assim, foi na Encruzilhada Natalino, acampamento que iniciou com o colono que se chamava Natalino e foi seguido de outras famílias de Nonoai, de famílias remanescentes da ocupação da Gleba Brilhante, e outros camponeses sem-terra da região. Enfrentaram inúmeras tentativas por parte do governo para desmobilização do acampamento. Dentre elas houve a ofertas de empregos para os acampados, visto que a condição do acampamento era precária, com falta de utensílios, agasalhos, alimentação, condições de higiene. No entanto, a recusa ocorreu e, mesmo com a pressão do governo, com as intimidações da Brigada Militar, os sem-terra continuaram a resistir.

Fernandes (1999) atribui a persistência na luta pela terra à consciência construída pelos camponeses, os quais entenderam que somente por meio da luta, mudariam sua realidade, sendo válido ressaltar que a articulação da CPT e o Movimento de Justiça e Direitos Humanos, foi fundamental para a organização dos Sem-Terra.

Considerando que o acampamento da Encruzilhada Natalino era fruto das experiências das lutas anteriores, as famílias adotaram uma organização em grupos, setores e comissões para realizar as tarefas necessárias no acampamento. De acordo com Fernandes (1999) havia a Comissão Central, que ficou responsável pelas direções políticas de luta, tendo a criação também de comissões de saúde, alimentação e negociação. Além disso, teve a criação de um boletim informativo que em seu início foi chamado de Sem-terra e, posteriormente tornou-se o Jornal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

A luta no acampamento da Encruzilhada Natalino perdurou por mais de um ano e meio, período que foi marcado por resistência, organização e apoio das Igrejas e da CPT. E no ano de 1983 foi autorizada pelo novo governador a compra de 1870 ha, para o assentamento definitivo das famílias. Assim, “terminava aquela ação dos sem-terra, mas a luta pela terra continuava com os sentidos e significados da resistência e da persistência que marcaram a Encruzilhada” (FERNANDES, 1999, p. 50).

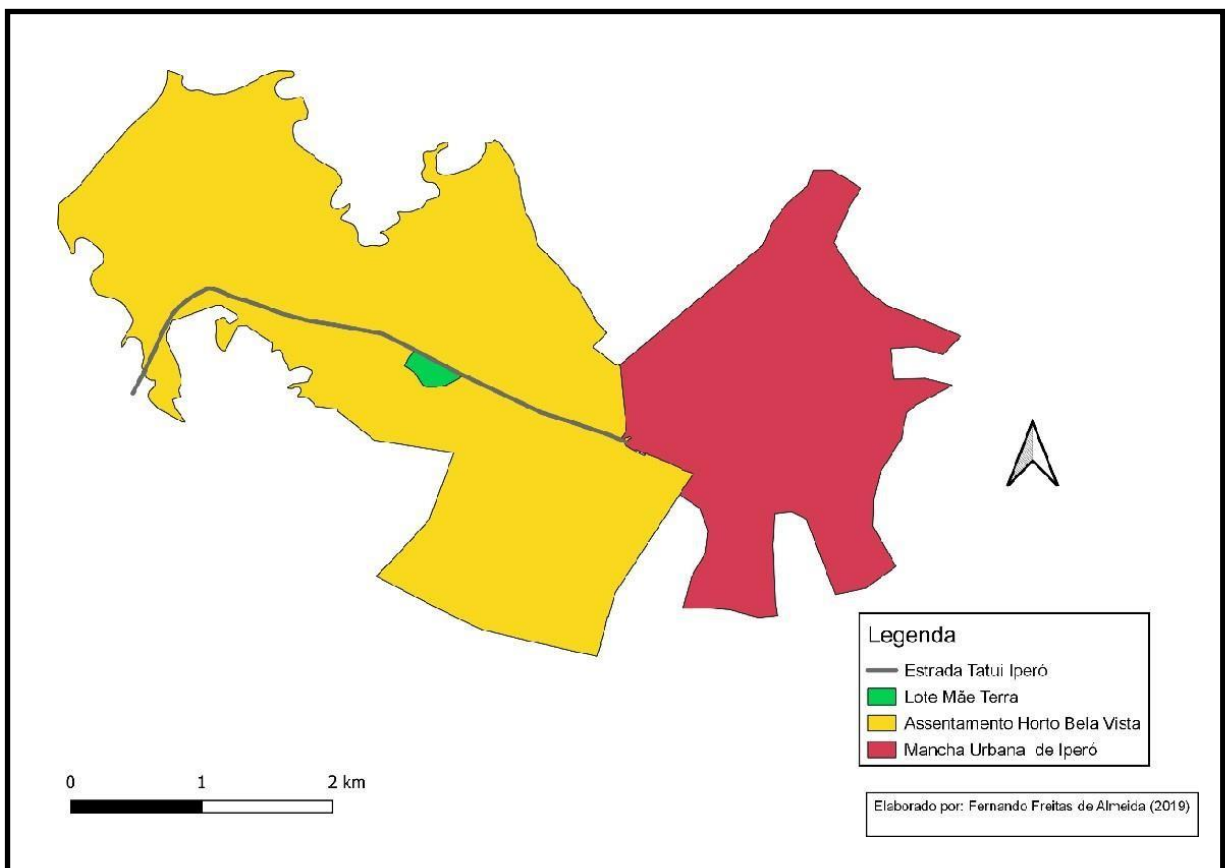
**3. RESGATE DAS MEMÓRIAS DA LUTA CAMPONESA NO LOTE MÃE
TERRA DO ASSENTAMENTO BELA VISTA**



Sebastião Salgado

Ao pensar na memória como um elemento de resistência na luta pela terra, estamos pensando em uma das ações de resistência, pois de acordo com Almeida (2019) a resistência não se restringe ao momento da ocupação e lutas, mas também ao cotidiano, e desse modo, a memória contribui para a resistência. A memória no presente trabalho foi resgatada por meio da entrevista realizada no Lote Mãe Terra (Mapa 1) com a assentada Maria Rodrigues e sua família, que resistem cotidianamente com outras famílias no assentamento Horto Bela Vista em Iperó-SP.

Mapa 1: Localização do lote Mãe Terra



Elaborado por: Fernando Freitas de Almeida.

Sobre o lote Mãe Terra é válido ressaltar que esse é um ponto de encontro para vários projetos sendo, segundo Almeida (2021), um centro comunitário da vida do assentamento representando um ponto de articulação política, de festas e etc. Como pode-se observar (foto 1), no dia da entrevista, a Maria e sua família estavam recebendo um grupo de pessoas para desenvolver uma oficina de produção de adobe. E foi mencionado que em todo encontro que acontece no lote Mãe Terra sempre tem

uma mesa farta de comida para ser compartilhada. Portanto, o lote da Maria desempenha um papel de grande importância no assentamento Horto Bela Vista.

Foto 1: Mesa farta para receber visitas.



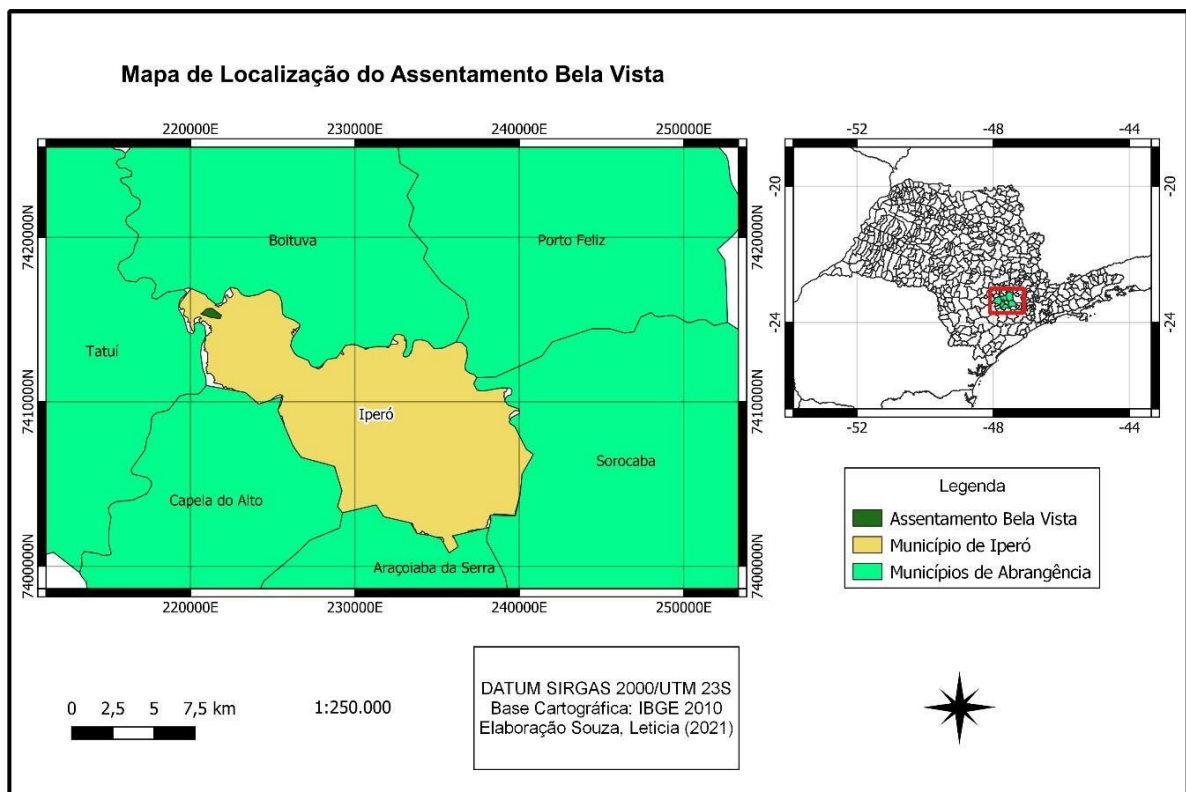
Foto: Leticia Souza, novembro de 2021.

O assentamento Horto Bela Vista teve início no ano de 1998, sendo implantado pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP em terras do antigo horto florestal da FEPASA. Atualmente, de acordo com o site do ITESP, o assentamento tem 31 famílias assentadas. A área do assentamento de acordo com o relato da Maria, foi

Na época havia uma informação dos hortos do estado de São Paulo, quando a gente fez a luta aqui foram 17 hortos no estado de São Paulo, e aí o MST fizeram a luta, aqui era um dos hortos né, Havia um processo entre FEPASA e RFFSA aqui que era do federal passando pro estado, e as informações que a gente tinha é que essas áreas poderiam ser pra demanda da reforma agrária que tem muito sem-terra em São Paulo. O governo da época tinha muito foco na criminalização da luta no Pontal [região do Pontal do Paranapanema, oeste do estado de São Paulo] como se não existisse sem-terra no resto do estado. E foi feito a luta pra pleitear pra reforma agrária, porque é uma necessidade urgente de buscar trabalho e alimento pra essas famílias. Isso pra gente é mais importante do que criar uma área pra especulação imobiliária que hoje avança muito. Então foi isso que fez a escolha do local, a gente saber dessas informações.

De acordo com Almeida (2019) os 17 hortos florestais que pertenciam à FEPASA – Ferrovia Paulista S.A, não estavam sendo usados, pois a empresa passou por mudanças em sua dinâmica e sucateamento que posteriormente resultaram na privatização. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra mapeou essas áreas, permitindo a organização da luta. Desse modo, o assentamento Horto Bela Vista está localizado no município de Iperó (Mapa 2). De acordo com Almeida (2019) essa área é de grande interesse, pois está localizada no limiar da mancha urbana e próximo à Sorocaba, cidade que exerce um grande papel econômico na região.

Mapa 2: Mapa de localização do assentamento Horto Bela Vista



Fonte: IBGE 2010. Elaboração: Souza (2021).

De acordo com Almeida (2019) a ocupação para reivindicar a área começou com 85 famílias, mas esse número foi diminuindo ao longo do tempo por conta da violência policial, no entanto, novas famílias foram chegando ao longo da luta. Em relação à violência que está presente na memória dos que lutaram pelo assentamento, Maria diz que,

Sim, eu tenho a memória do acampamento ali daquele lado [outro lado da rua] em que os barracos já estavam na área do assentamento e foram despejados e veio para a beira da pista. Aqui essa pista onde vocês andam, do cemitério pra cá foi enchido de barraco. Muita perseguição, a cidade até fecha as portas. Depois da pista fomos para a vila da FEPASA, depois da desativação da FEPASA, os trabalhadores foram mandados embora, cada um pegou seu rumo e ali cada casa conseguiu aconchegar duas ou três famílias, e eu tenho essa memória.

Em relação ao processo de ocupação do espaço Maria relata que,

[...] Em 1998 a gente pega e ocupa cada um pedacinho que é onde cada um tá. Nesse ato, o estado né, faz a agenda de vim fazer as divisões dos lotes. Embora o estado diga que isso não é legal, a gente teve que fazer isso, porque aqui a gente tava produzindo coisas básicas da alimentação, arroz, mandioca e mamona. Pra vender a mamona, a gente vendia em Campinas que era pra tirar um pouco de renda e a mamona estava dentro de uma estratégia pra fazer a recuperação do solo, que esse solo aqui é um solo que teve muita ação antrópica de prejudicar a natureza. E o solo, desde 1907 vem o plantio do eucalipto pra fazer dormente pras ferrovias, as ferrovias aqui foi inauguradas em 1927. Por ai não, entre 27 e 30 por ai. Então esses dormentes foi tirados dessas áreas, dessas e dos outros hortos, e eucalipto desse período. E a gente percebe que esse solo já sofreu muito, não teve a preservação da biodiversidade, já foi monocultura e muito fogo [...]

De acordo com Lino et al (2021) as áreas destinadas aos assentamentos de Reforma Agrária, em sua maioria, encontram-se em elevado grau de degradação ambiental, havendo a necessidade de um processo de recuperação. Este por sua vez leva anos, e não atende as necessidades imediatas dos assentados, obrigando muitos a procurarem trabalhos fora do assentamento, distanciando-se do cuidado com a terra ou acabam tendo que utilizar práticas da agricultura convencional, como os agrotóxicos. Nesse sentido, Maria pontua que

[...] tô dizendo que as famílias agricultoras além dela depender dos cultivos, das colheitas para a sobrevivências das famílias, ela tem também uma relação muito direta com a natureza, que ela pode ajudar a cuidar do meio ambiente né, da natureza e dos alimentos, dos rios, desses recursos naturais. Ou não, se for na agricultura convencional, pelo contrário, vai ter um descuido sobre isso, vou ter só uma exploração dos recursos naturais.

A relação direta com a natureza mencionada pela entrevistada também é apontada por Woortmann (1997) que diz que, para os camponeses a relação com a natureza é uma troca respeitosa, além de que

Nessa perspectiva, não se vê a terra como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus a terra não é simples coisa ou mercadoria. (WOORTMANN, 1990, p. 12)

Desse modo, o trabalho realizado na terra é um valor moral, e não simplesmente um ato guiado pela lógica economicista em que o campesinato é visto como um pequeno produtor. É possível notar tal percepção na fala da Maria quando ela diz que,

Eu como agricultora quando eu vou fazer uma agricultura eu já penso em quem tá comendo, penso nas mulheres né, como elas vão preparar, nas crianças, idosos, jovens, todo mundo que vai fazer esse processo [se alimentar] porque vai pro organismo dessas pessoas né. Essa corresponsabilidade, que é muito importante levar em conta, isso não pode ser meramente um dinheiro, mas eu não posso ser desvalorizada por isso, deveria ser assim né, e quando eu tô pensando na produção dessa maneira eu tô pensando na fauna, na flora, nos cursos d'água, na questão de ter arborização que faz chover que faz ter um ambiente confortável. Então ser agricultor, ser família agricultora é pensar no todo, e isso não tá colocado.

A visão de totalidade que a entrevistada aponta é algo inerente aos movimentos da luta pela terra. Luta a qual Maria teve contato desde cedo “Eu conheci o tema, conheci que precisava ter terra pra ter uma boa comida na família, com meu pai”.

E neste mesmo contexto é possível ressaltar novamente a ética camponesa, quando é apontado que dentre suas memórias Maria lembra da luta do pai para não fazer o uso de agrotóxicos em suas plantações, por questões que ela mesmo chama de éticas.

Lembro que com a mecanização do campo, com o veneno ele [pai] lutou muito contra isso. Ela falava que “O dia que for pra passar veneno aqui eu vou deixar o campo, isso eu não vou fazer”. Então, esse sentimento que a gente precisa de ética, valores pra produzir alimentos pra gente e pros outros vem muito forte do pai e da mãe.

Woortmann (1990) destaca que uma das características do campesinato e sua ordem moral é o caráter familiar, tanto no trabalho como na hierarquia familiar. No lote Mãe Terra estes elementos são nítidos, uma vez que o trabalho é realizado pelos familiares e quando há necessidade de mais pessoas trabalhando, segundo o relato

do César (filho da Maria), em um momento de colheita por exemplo a ajuda é dada pelos vizinhos, fato esse que reflete a moral camponesa. Segundo Woortmann (1990), por mais que seja uma relação de troca remunerada, o termo empregado para designar essa ação é ajuda, refletindo a igualdade que há entre os vizinhos.

Ainda sobre as características do campesinato e seu respeito pela natureza, Maria traz reflexões importantes sobre a cultura camponesa, pontuando que “a cultura camponesa foi muito desconstruída através de um planejamento ideológico” que construiu uma memória pejorativa em relação ao campo. Conta ela:

quando eu era criança eu aprendi com minha mãe né, meus parentes que uma banana é uma maravilha, que uma laranja, um pepino, tudo que tem no campo é uma maravilha, e foi se construindo uma ideologia por meio das comemorações, Walter Benjamin um filósofo alemão, ele é um máximo, ele diz isso né, não desse jeito que eu to falando mas ele diz isso né, que essa ideologia festeja o seu ultraje, mais ou menos assim, que daí essa cultura camponesa, caipira aqui em São Paulo ela é levada pra dentro das escolas desde pequenininho, e fazem a festa junina pintam um dente pra dizer que é banguelo, estereotipada, e quem é que faz isso? O professor, que é quem deveria ter um nível de consciência, é ele que faz isso. Doido, né?

Maria em sua fala expressa sua revolta a toda visão negativa e distorcida que a sociedade criou em torno do campesinato. Ideias pejorativas que são reproduzidas ao longo das gerações. Por exemplo, as festas juninas que tiram a dignidade da imagem do indivíduo do campo.

E as roupas remendadas, então se forja no campo uma população empobrecida, empobrecida, ela não é pobre natural, é tirado dela e ela vem pra cidade sendo motivo de um bullying social, pra mim pintar um dente pra dizer que o camponês não tem dente é porque não tem assistência dentária. [Emoção- voz trêmula]

Mas apesar de toda tristeza envolvida com a situação Maria traz a agroecologia como uma esperança de superação desse quadro.

Na agroecologia a gente resgatar de que o pepino é bom, porque através dessa cultura criada deste a escola, pepino é um problema, e pepino pra nós ele tem nutrientes, bom, não vou falar dos benefícios nutricionais porque é uma área da nutrição, hoje não vou falar disso. Na cidade o que é o laranja? A laranja pra mim aqui na cultura camponesa ela tem vitamina C e eu fico olhando o pé madurar, que chegue logo, e eu não vou chupar uma laranja só eu vou chupar logo 2, eu chupo 5, 10 com toda a família descascando laranja, a folha é um remédio, você coloca nos doces pra ser um tempero, e na cidade o laranja é uma pessoa usada, você vê bem?

Esse relato demonstra que além da violência física temos a violência simbólica acompanhando os camponeses ao longo de suas lutas. Maria traz ainda que,

A festa junina original é a festa da colheita, de dividir tudo que você tem com a comunidade. Não o que a gente vê por agora, pejorativo. Quando a grita “a chuva” o povo corre, aqui ela é abençoada. Quando você fala das memórias que me marcam, isso me marca. Criei meus filhos nessa efervescência cultural, foram pra escola tudo certinho presenciaram essas coisas e hoje não vem vantagem em ser do campo

Portanto, essas memórias que tanto marcam a entrevistada é também a evidência da desvalorização do camponês. César, hoje com 34 anos de idade, traz em seus relatos as memórias da luta pela terra desde pequeno,

Então, desde pequeno estou no movimento. A mais marcante foi ahhh, uma ocupação quando eu ainda era pequeno, tava com os meus sete anos. Eu ia, viajava junto com a minha mãe, aí, como era uma criança muito tímida, eu fazia amizade com bolo, que sempre quando eu ia pros outros acampamentos minha mãe fazia bolo e colocava naquelas, vasilha. E aí eu comia e fazia amizade com as outras crianças com aquilo lá. É claro, muitas crianças chegavam perto de mim porque tava com fome, sim. E eu usava de artifício aquilo lá pá fazer amizade aí teve uma, infelizmente numa dessas viagens teve uma reintegração de posse, eu com sete pá oito ano, aí numa das reintegrações de posse ahhh. Polícia Militar, com que foi pá lá com o choque [Batalhão de choque] é teve uma chacina. Vários acampado foram mortos por jagunços e pela polícia.

Por meio das memórias do entrevistado é possível evidenciar mais uma vez, a violência que existe contra a luta pela terra que marca a história de muitos assentados.

Presenciei, minha mãe [Maria] era dirigente do movimento, então na hora que chegou, eu via de longe. Eu não tava perto porque, na hora que a polícia chegou meu pai me colocou dentro do caminhão e foi saindo, e a gente só ouvindo tiro, gente caindo ensanguentada. Meu Deus!!! Foi em Getulina, Getulina, a chacina de Getulina. Não foi tão forte igual a de dos Carajás mais pra mim uma criança de sete pa oito ano, foi uma tragédia. Que dor. (Cesar)

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) os conflitos no campo aumentaram 54,5% entre os anos de 2010 e 2019. A organização pontua ainda que cerca de 859 mil pessoas estiveram envolvidas nos conflitos no ano de 2019. Essa é a reafirmação de que a violência é algo estrutural na constituição do território brasileiro, e é promovida não só de maneira individual, mas também pelas instituições, como mencionado pela entrevistada, quando relata as memórias das ocupações,

[...] nesse período acontece os impactos de assassinatos, que depois só foi aumentando, porque antes aconteciam e a gente não sabia né, de ataques

às famílias. Mas quando o Estado assume a opressão, isso ficou muito forte porque o judiciário acabou fazendo muitas condenações. Antes a luta as vezes não era muito reconhecida, lógico né, os sem terras sempre se lascava né. Mas depois disso, é oficialmente criminalizado, ficou né. Então, tinha a contradição da Constituição, um território que não cumpria com a legislação, e dentro da constituição, de função social e os sem-terra ao reivindicar aquilo e ocupar. O sem-terra que era criminalizado e não quem tava com aquela invasão naquele terreno, vem forte assim. (Maria)

Essas memórias de violências e lutas marcam a produção territorial do assentamento Horto Bela Vista e do lote Mãe Terra, uma vez que segundo Flávio (2013) a produção territorial não é ileso às ações do passado. E segundo esse mesmo autor a memória é fundamental para criação, manutenção e reprodução do território.

Ao realizar a entrevista foi possível relacionar a concepção de território do geógrafo Milton Santos, quando o autor diz que "O território é o fundamento do trabalho; o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida" (SANTOS, 1999, p.8) e quando a entrevistada Maria responde o que o lote Mãe Terra representa para ela:

Aqui eu penso que assim, que o planeta me aconchegou é muito forte, eu não sei descrever. Talvez a gente não tenha palavras na nossa linguagem, é mais um sentimento. Se eu puder e for decisão minha eu jamais deixarei esse lugar, e olhe que do ponto de vista físico é bem complicado o lote aqui. É uma face sul então pra questão do manejo é bem complicado com os ventos, é mais atingível com os ventos do sul pro fundo né, e a questão do solo. Mas assim: é meu lugar, cada árvore que tem aqui foi a gente que plantou, é minha vida assim.

Sendo assim, o lote Mãe Terra representa com as suas memórias o chão mais a identidade, e a identidade corresponde ao sentimento de pertencer àquilo que nos pertence (SANTOS, 1999). E esse conjunto de elementos constituem a funcionalidade do território pois refere-se ao conjunto e não aos elementos isolados.

Ao refletir sobre o uso do território podemos destacar o modo de cultivo no lote Mãe Terra, o qual tem como destaque a preservação do modo de cultivo com respeito à terra (Foto 2). Maria explica em seu relato:

Desde que a gente entrou a gente já entrou dizendo que a gente não ia pôr veneno na terra. Em 2000, o MST fez um congresso nacional em que foi feito os compromissos com a terra e com a vida e eu fazia parte dessa ideia que nós tínhamos que ter compromisso com a terra e com a vida; que nos saímos na luta pela terra mas não era a terra como propriedade de um bem para vender. Nele, lá naquele período falava em evitar venenos, mas a gente já não ponhava, a gente já defendia a linguagem da agroecologia, embora a linguagem da agroecologia não era muito popular pra gente. A gente sabia

da palavra orgânico e biodinâmico e depois que a gente foi aprender que tinha várias vertentes e após a EMBRAPA assumiu isso a academia assume isso, e quando a gente fala disso a primeira coisa que a gente descobre que o que temos que investir é na fertilidade do solo e aqui é demorado esse processo, temos até hoje.

Foto 2: Plantação Orgânica Lote Mãe Terra.



Foto: Leticia Souza, 2019.

Por meio do relato foi possível perceber que “(...) Tudo que vive em cima da terra é constituído por ela, e por sua vez, a transforma” (PRIMAVESI, 2020, p. 17). E em relação às transformações do meio o lote Mãe Terra tem como prática o manejo agroecológico, que segundo Primavesi (2008), trabalhar ecologicamente é manejar os recursos naturais respeitando a teia da vida, e a agroecologia está atrelada à sabedoria de cada agricultor desenvolvida a partir de suas observações e experiências vividas. Maria ressalta esse ponto quando diz que,

Na agroecologia ela faz com que você pense, que você observe, que você experimente, avalie e defina os próximos passos, então pra mim ela é mais que uma universidade e eu sou apaixonada por essa ciência verdadeira.

A sabedoria mencionada por Primavesi (2008) pode ser evidenciada no relato da entrevistada quando ela aponta que,

esse pedaço aqui ele foi desafiador, muita formiga tinha, cupim. A gente já fez as cercas dos lotes três vezes no começo porque o cupim comia a madeira de cair assim agora a gente convive com elas [formigas]. A gente deixou esse espaço com couves até que elas adquiram as vitaminas, quando a couve tá sadia as formigas não querem não, elas vão nas plantas que tem deficiência de vitaminas. Se o solo tá muito deficiente ali você tem que trocar a cultura pra ajudar o solo e na agricultura convencional você taca um veneno ali que vai lá pro lençol freático e mata os passarinhos também. (Maria).

Portanto, a agroecologia no lote Mãe Terra é vista como resistência, viabilizando a ética camponesa. Nas palavras da Maria “A agroecologia está contribuindo para a resistência, através das mulheres aqui, e é nisso que eu acredito e luto todos meus dias, e o lote Mãe Terra tem essa energia”.

Foto 3: Maria, que representa nesse trabalho, a memória e a força da mulher camponesa



Foto: Leticia Souza (2021)

É necessário destacar o papel da mulher nessa luta, que de acordo com a entrevistada por conta da sociedade machista em que vivemos, a mulher já foi afastada dos espaços de luta, mas atualmente está na linha de frente: nas reuniões,

organizando os grupos de trabalhos, no trato da terra e na força de lutar para que a agroecologia prevaleça em seu lote. Por meio da memória da Maria é possível compreender um pouco mais como as mulheres já foram afastadas dos espaços de luta e é notória a importância da organização dos movimentos para permitir o acesso das mulheres a espaços de tomada de decisões,

[...] Marcante também quando começa organizar os setores né dentro do acampamento pra dar organicidade, e eu sempre gritava “setor da educação” primeiro pra acolher as minhas crianças, ciranda infantil pra cuidar das crianças pequeninhas pra poder dar oportunidade pra mulher participar, tem que criar meio né, porque a mulher é acostumada a não ter meio pra ajudar, então isso são marcantes, estabelecer que as mulheres precisam participar da assembleia, isso é marcante pra mim se não só vai os homens, num primeiro momento a gente deve que usar recursos né digamos assim, a chamada, a norma de fazer a chamada o homem e a mulher num primeiro momento até acostumar, a hora que acostumou que as mulheres ganharam esse gosto de participar e saber da notícia a gente não precisou mais ter a chamada, e isso foi muito marcante.

Ao analisar as falas da família entrevistada, todos compactuam da ideia de que “Quem tenta agradar a terra, agrada às plantas, e quem confortar as plantas, conforta a si mesmo, porque elas agradecem com uma produção farta, nutritiva e barata” (PRIMAVESI, 2020, p.96), sendo essa perspectiva observada no lote Mãe Terra que compactua da moral camponesa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões apresentadas neste trabalho foi possível perceber que a memória ligada à identidade pode sim ser considerada na construção do território, territorialidade e espaços geográficos, sendo, portanto, de grande valor nas discussões da Geografia.

Deve ser considerado também que na construção dos movimentos sociais na luta pela terra, é possível notar a memória como resistência, uma vez que as ações do passado estão constantemente na memória daqueles que lutaram e daqueles que ainda lutam pelo acesso à terra. Fato esse constatado no lote Mãe Terra, Assentamento Horto Bela Vista em Iperó/SP em que durante o trabalho de campo notou-se a memória da luta pela terra enquanto fator de resistência, aprendizagem e possibilidades, tendo em vista que a cada período novas dificuldades vão surgindo e novas ações devem ser tomadas. Ao desenvolver esse trabalho tive contato com a história de formação de um dos maiores símbolos da luta pela terra que é o MST e ao longo da trajetória de lutas e conquistas pode se notar o papel das memórias como fator de coesão da luta. A entrevista que compõe esse trabalho traz fatos com essa perspectiva, pois a Maria diz várias vezes que aprendeu com as lutas do passado. E neste trabalho podemos evidenciar também o potencial da agroecologia para vencer esse sistema de opressão e dominação do campesinato.

Por fim, a luta pela terra que é intrínseca à história do território brasileiro continua com grandes batalhas a serem vencidas, tendo em vista, que a Reforma Agrária ainda é um sonho. Sonho este que já é sonhado por muitos e que o presente trabalho nos leva a crer que terá como protagonista a força da mulher do campo e a agroecologia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando Freitas de. A Comercialização através de mecanismos de vendas diretas como forma de resistência camponesa. Assentamento Bela Vista – Iperó. In: **XIII ENANPEGE – A geografia Brasileira na Ciência – Mundo: produção, circulação e apropriação do conhecimento**. São Paulo, 2019.

ALMEIDA, Fernando Freitas de. **As estratégias de resistência camponesa no lote Mãe Terra do assentamento Horto Bela Vista de Iperó**. 2019. 138 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12213?show=full#:~:text=dc.identifier.uri-.https%3A//repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12213,-dc.description.abstract>>

ANDRADE, Correia Manuel. **A questão do território no Brasil**, 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BOMBARDI, Larissa Mies. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. **GEOUSP–espaço e tempo, São Paulo**, n. 14, p. 107-117, 2003.

BOSI, Ecléa e BARBOSA, João Alexandre Costa e CHAUI, Marilena de Souza. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras. 2015. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/002839484>>

DE OLIVEIRA SALVADOR, Diego Salomão Candido. O Território usado e o uso atual do Território do Agreste Potiguar. **HOLOS**, v. 2, p. 110-131, 2009.

FABRINI, João Edmilson. A escala da luta e resistência camponesa. **Geosul**, v. 21, n. 42, p. 63-91, 2006.

FELICIANO, Carlos Alberto. **O movimento camponês rebelde e a geografia da reforma agrária**. 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/002839484>>

FERNANDES, Mançano Bernardo, Brasil: 500 anos da luta pela terra. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), v. 28, nº 1, 2 e 3, Jun/Ago 1999. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Bernardo_Fernandes/publication/265995351_Brasil_500_anos_de_luta_pela_terra_1/links/546e25300cf29806ec2e8cf6.pdf. Acesso em: 06/03/2021.

FERNANDES, Mançano Bernardo. **Contribuição ao estudo do campesinato Brasileiro formação e territorialização do movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST (1979-1999)**. Tese (Doutorado de Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERNANDES, Mançano Bernardo. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST - movimento dos trabalhadores rurais sem terra no estado de São Paulo**. Tese (Mestrado de Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

FLÁVIO, Luiz Carlos. A geografia e os “territórios de memória” (as representações de memória do território). **Revista Faz Ciência**, v. 15, n. 21, p. 123-142, 2013.

HAESBAERT, Rogério. LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Revista eletrônica de ciências sociais aplicadas**, n. 2, p. 4, 2007.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MORAIS, Perez Urquiza Larissa; OLESKO, Felipe Gustavo. **Memória, identidade e campesinato: tecendo a Geografia do hoje e do ontem no campo**, In Terr@Plural, Ponta Grossa, v.12, n.1, p. 76-87, jan/abr. 2018. DOI: 10.5212/Terra Plural. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/57596745/Tplural.pdf>. Acesso em: 06/03/2021.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST, Nossa história. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/inicio/>. Acesso em 5 de maio de 2021.

PRIMAVESI, A. M. Agroecologia e Manejo do Solo. In: **Agriculturas**, v. 5, n. 3, set/2008.

PRIMAVESI, Ana Maria. **Cartilha da terra**, 1ª ed. São Paulo, Expressão popular, 2020.

SALVADOR, Candido Oliveira; SALOMÃO, Diego. O território usado e o uso atual do território do agreste Potiguar Holo, vol. 2, p. 110-131, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=481549226010>> Acesso em: 26/03/2021

SANTOS, Milton. O dinheiro e o Território, GEOgraphia – Ano. 1 – No 1 – Conferência de inauguração do Mestrado em Geografia da Universidade Federal Fluminense. 1999. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/download/13360/8560>. Acesso em: 26/03/2021.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999.

SILVA, José Avelino da. **Do território da esperança à memória da conquista territorial: conflitos e acesso à terra pelo MST no Acampamento Emiliano Zapata, município de Sousa-PB**. Tese (Trabalho de conclusão de curso), Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiro -PB, 2014. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/12878>. Acesso em: 08/03/2021

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora Unb, 1997.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica ea simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora Unb, 1997.

WOORTMANN, Klaas. "Com parente não se neguceia". O campesinato como ordem moral. **Anuário antropológico**, v. 12, n. 1, p. 11-73, 1988.

WOORTMANN, Klaas. "Com parente não se neguceia": "Com parente não se neguceia". O campesinato como ordem moral. **Anuário antropológico**, v. 12, n. 1, p. 11-73, 1988.

APÊNDICE - A

Transcrição entrevista

Entrevistada: Maria Rodrigues dos Santos, 61 anos.

Entrevistado: Cesar Rodrigues dos Santos, 34 anos.

Data: 27/11/2021

Local: Assentamento Bela Vista, Iperó -SP, lote Mãe Terra.

Contexto: O lote Mãe Terra é um ponto de encontro para vários projetos, e no dia 27/11/2021 a Maria e sua família estavam recebendo um grupo de pessoas que foram realizar uma oficina de produção de adobe (tijolo de terra e fibras vegetais misturados com água, moldados e secos ao ar livre (sem queima). Para a futura construção de uma cozinha coletiva. Dessa forma, deu-se início a entrevista após a finalização das atividades. Sendo válido ressaltar, que a entrevista se deu de forma descontraída e que a entrevistada continuou com sua rotina durante a entrevista, portanto, ocorreram algumas pausas durante a entrevista.

Leticia: Vou começar a gravar?! Obrigada por me receber Maria, fico muito feliz com a sua participação em meu trabalho. Bom Maria, vamos dar início a nossa entrevista tá bom?! Temos um roteiro para seguir com algumas perguntas, mas fique à vontade para falar o que sentir vontade, quando sentir vontade, seus sentimentos, ok?

Leticia: Maria o objetivo dessa entrevista é resgatar a memória da luta pela terra na construção do Lote Mãe Terra, é compreender um pouco mais sobre a luta pela terra pelos seus olhos e suas vivências.

Maria: Aí você me ajuda com o roteiro né?

Leticia: Fique tranquila, são perguntas bem tranquilas e você responde do seu jeito, que será maravilhoso, não tenho dúvidas. (risos)

Maria: Tá bom então, vamo lá (risos)

Leticia: Como a luta pela terra entrou em sua vida?

Maria: Eu conheci o tema, conheci que precisava ter terra pra ter uma boa comida em família, com meu pai. Lembro que com a mecanização do campo, com o veneno ele lutou muito contra isso, ela falava que “O dia que for pra passar veneno aqui eu vou deixar o campo, isso eu não vou fazer”, então, esse sentimento que a gente precisa de ética, valores pra produzir alimentos pra gente e pros outros vem muito forte do pai e da mãe. (2 min. 17). Depois disso aconteceu de fato, a gente saiu do campo, saímos da agricultura e fomos para o meio urbano e fui ser operária, aquela batalha por emprego de 79 até 87 e nesse período eu era muito engajada na teologia da libertação, nessa questão da abertura da ditadura, reconstrução política e também da necessidade e reivindicação do povo por saúde, terra, salário e eu me engajo então nessa questão de luta pela terra. Quando estava na questão do Araguaia, Josimar (companheiro de luta) e eu a gente tinha muito diálogo, aqui em São Paulo construindo a luta pela terra eu participei do Sumaré 1, Sumaré 2, Sumaré 3, que é o Porto feliz aqui e o 4 eu acampeei junto, então eu entro por aí, acreditando assim, que a terra é mãe, que a gente precisa respeitar a mãe, cuidar da mãe e que é ela que produz o pão, era uma figuração da mãe materna que fazia a mesa farta, a gente era bastante lúdico, mas um lúdico real né. Então quando eu tenho meus filhos, meus três filhos, eu ficava assim, mas que mundo eu tô preparando para essa garotada aqui na cidade, eu já via todos os impactos. E então eu venho (para a luta pela terra) mas eu não achava que ia ser tão difícil como foi, que tínhamos tantas forças contrárias, cada dia eu via a constituição e dentro da minha visão da teologia da libertação isso é legítimo, todo ser humano deveria ter seu canto, trabalho e vida, e quando a gente enfrenta e vê que quem tá acampando é tratado com caso de polícia, é criminalizado, eu vim aprender na luta. Inacreditável essa criminalização.

Nos anos 80 já tinha jagunços, mas nos anos 90 isso fica mais fortes, a milícia rural a UTR né, atacando a questão de acampamentos, a luta pela terra, a prisão e condenação de militantes, acontece em Eldorado dos Carajás, e faz a marcha do MST em 97 e eu acompanho né essa marcha, que traz de volta à pauta da reforma agrária que tinha saído do estado (Interrupção falar com a comadre). E nesse período então acontece um acampamento em promessa que é onde eu vou morar definitivamente no acampamento, no Sumaré 1 eu ajudei a organizar isso via minha comunidade, no Sumaré 2 e 3 que é o Porto Feliz, e teve a primeira marcha a São Paulo e depois teve outra Marcha de Limeira a São Paulo o acampamento Promissão deve ter algumas

coisas no youtube, ali a gente tava junto né, eu já tava caminhando junto também, e foi muito duro naquele período entender, eu não conseguia entender. Eu só quero trabalhar, comer, ter comida pros meus filhos e isso eu não posso, isso é um sentimento forte, que não tem explicação, não tem lógica. Depois que a gente vem aprendendo como eles legitimam as terras, a questão da grilagem, a questão dos documentos falsos, aprendi também como eles expulsaram agricultores da região, por exemplo em promessa o assentamento Reunidos antigamente tinha muitos agricultores, tinha colônia japonesa que perderam suas terras, eles jogavam gado selvagem nas terras e eu senti na carne como era isso, cada vez mais desempregado e mais gente deixando o campo, e aumento da violência na cidade e eu com meus filhos em pânico né, por que onde era o lugar né, a gente não tinha, esses sentimentos eram fortes.

E nesse período acontece os impactos de assassinatos que depois só foi aumentando, por que antes aconteciam e a gente não sabia né, de ataques às famílias, mas quando o Estado assume a opressão, isso ficou muito forte por que o judiciário acabou fazendo muitas condenações, antes a luta as vezes não era muito reconhecida, lógico né, os sem terras sempre se lascava né, mas depois disso, é oficialmente criminalizado, ficou né, então, tinha a contradição da constituição um território ali que não cumpria com a legislação, é dentro da constituição de função social e os sem-terra ao reivindicar aquilo e ocupar o sem-terra que era criminalizado e não que tava com aquela invasão naquele terreno, vem forte assim. (Pausa para que a entrevistada converse com a comadre).

Maria: Cesar, converse com a Leticia, dê uma volta com ela enquanto eu vou lá dentro um pouquinho.

Leticia: Cesar, posso gravar nossa conversa também?

Cesar: Pode sim.

Contexto: Cesar estava junto com a mãe (Maria) quando nos apresentamos e quando foi explicado o objetivo da entrevista.

Leticia: Como foi sua infância dentro da luta pela terra?

Cesar: Então, em 87, mil novecentos e oitenta e sete, teve uma grande ocupação no município de Promissão no interior de São Paulo, aí foi o pessoal de Campinas, Sumaré, Promissão, Avanhandava, daqui de perto foi mais Campinas e Sumaré aí lá na região juntou mais famílias que estavam querendo terras, Promissão, Avanhandava, várias outras famílias em torno de 1500 famílias que foram assentadas lá, 1500 famílias, aí, numa grande fazenda que era da família Reunidas que atualmente que ainda tem um tanto de terra lá pro lado de Mato Grosso, mais aí isso já é outra parte. Aí eu fui pra lá em outubro de 97, com dois meses de idade, o acampamento aconteceu no meio do ano entre julho e agosto aconteceu o acampamento, aí com dois meses de idade eu fui pra lá, minha mãe já tava lá com meu pai, eu fiquei lá, aí como eu tinha acabado de nascer em agosto, minha mãe ficou um tempo em Sumaré na casa dos meus avós, enquanto meu pai com mais dois tios que são por parte materno, dois irmãos da minha mãe, foram pra lá, um desses tios voltou para ficar com meus avós, enquanto o outro foi assentado junto com minha mãe lá. Aí, foi assentado lá em Promissão, em 99, por causa da vida minha mãe e meu pai acabam se separando e nós viemos final de 98 aqui pro município de Iperó, final de 98, em janeiro de 99 nós fomos assentados aqui no Bela Vista com mais 30 famílias

Leticia: O acampamento, primeiro em 98 vocês ficaram no acampamento?

Cesar: Noventa e oito, nos chegou eles já tavam na vila, porque o Itesp já tinha disponibilizado essa área aqui, que era da antiga Fábrica FEPASA, que trabalhava construindo trilho de trem no estado de São Paulo, aí vários outros Hortos no estado de São Paulo que era onde eles produziam os eucaliptos para fazer os dormentes para linha de trem, na época, a FEPASA já não tava com tanto trabalho, porque já tinha entrado outras firmas de trem da América Latina pra dentro do Brasil e a FEPASA já tava, não tinha tanta força, aí o que que o estado fez? Pá não, porque já tinha essas áreas de eucaliptos no estado, ele disponibilizou essas áreas, “disponibilizou”, (movimento de aspas feito com as mãos) no modo de dizer, né, para a agricultura familiar, a daqui, tem em Bauru, Botucatu, tem vários outros hortos de eucaliptos que foi passado pra agricultura familiar, é, é essas áreas. Aí, depende de cada Horto, foi dividido no tanto de família que tinha. Aqui, nós tava com 30 família na época, 31 família, aí nós viemos pra cá.

Leticia: Quando você veio pra cá você tinha que idade?

Cesar: De 11 pra 12 anos eu já tava, ai nois viemo pra cá. Em janeiro nois ficamo numa casa na Vila, que hoje é um bairro da cidade que na época a Vila fazia parte do assentamento, ai o ITESP, veio, fez uma assembleia com todos os assentados e perguntou. “Voceis tem interesse na Vila?” Como a maioria já tava morando nos seus lotes, só tinha 3 famílias morando na Vila, nois falou, não tem como nois continuar com a Vila, então, nois vamos passar a Vila para o cuidado do município que ai faiz um bairro, que ai já tinha familias que era ex funcionários da FEPASA que tava morando lá e se o assentamento ficasse com a Vila essas pessoas iam ter que sair dali para tentar a sorte em outro lugar e muitos não tinham dinheiro pá comprar uma casa ou alugar uma casa de imediato, ai nois disponibilizou, hoje já passa mais de 200 famílias morando na Vila e nois tamos, nois ficou cada um com o seu lote que é o mais certo, do que ficar empatando a Vila lá e ela ia tá toda destruída sem uso.

Leticia: Neste período quais são suas memórias da luta pela terra, que desde pequenininho você já tava nesse movimento, né?

Cesar: Então, desde pequeno estou no movimento. A mais marcante foi ahhh, uma ocupação quando eu ainda era pequeno, tava com os meus sete anos, eu ia, viajava junto com a minha mãe, aí, como era uma criança muito tímida, eu fazia amizade com bolo, que sempre quando eu ia pros outros acampamentos minha mãe fazia bolo e colocava naquelas é, vasilha, e ai eu comia e fazia amizade com as outras crianças com aquilo lá, é claro, muitas crianças chegavam perto de mim porque tava com fome, sim. E eu usava de artificio aquilo lá pá fazer amizade aí teve uma, infelizmente numa dessas viagem teve uma reintegração de posse, eu com sete pá oito ano, ai numa das reintegração de posse ahhh, polícia militar, com que foi pá lá com o choque é teve uma chacina, vários é, acampados foram mortos por jagunços e pela polícia. Um direito que é, tá na constituição que a terra é pra quem nela trabalha, pra quem quer trabalhar nela, nois não tem esse direito, tá na constituição, a terra é dos brasileiros e porque fazer isso, a terra não tem que ficar fazendo commodities parada lá criando capim, criando boi magro enquanto muitas pessoas passando fome nesse Brasil de meu Deus. Aí tem essa, foi a mais marcante que eu tenho, aí depois disso.

Leticia: Você presenciou a violência toda?

Cesar: Presenciei, minha mãe era a dirigente do movimento, então na hora que chegou, eu via de longe, eu não tava perto porque, na hora que a polícia chegou meu pai me colocou dentro do caminhão e foi saindo, e a gente só ouvindo tiro, gente caindo ensanguentada.

Meu Deus!!!

Foi em Getulina, Getulina, a chacina de Getulina. Não foi tão forte igual a di dos Carajás mais pra mim uma criança de sete pa oito ano, foi a tragédia. Que dor.

Aí depois disso, ahh ai eu continuei ainda no movimento, depois disso com doze anos fui pô movimento jovem dentro do MST, que ai tinha os encontros na UNICAMP, dez dias di encontro da Juventude ai ia di, crianças de 10 a 25, 30 anos, essa era a faixa etária dos jovens, mais tudo com gente, tudo organizado dentro da universidade, não, tudo muito bem organizado, ai eles tiraram um tanto das crianças por caso de ser muito pequeno ai colocaram de 15 a 30 anos, dos 7 até os 15 anos mudou para outro encontro, que era o encontro dos sem terrinha, ai as crianças iam pum lado e os mais jovens, jovens e adultos ia pá outro que ai tinha dois tipos de encontros. Ai nois foi pô encontro do sem terrinha que teve dentro de São Paulo, um pouco depois da Chacina do, da Candelária, foi bem perto da Chacina da Candelária.

Leticia: Hoje você está com quantos anos?

Cesar: Hoje eu tô com 34 anos, 34 anos de luta. (risos) dentro desses 34 anos já rodei esse Brasil até. Já fui de Santa Catarina até Brasília já.

Leticia: De toda sua trajetória você gostaria de destacar mais alguma coisa?

Cesar: É, teve uma ocupação que foi na beira da Castelo, era Eldorado dos Carajás, ai nois que era crianças que nois sempre no acampamento com dificuldade alimentar, o governo não mandava as cestas que eram direito nosso pela COMAB, COMAB é a cooperativa, distribuidora, ela compra alimentos de vários agricultores e coloca ela tem vários armazém dentro das grandes cidades do Brasil que ela poderia disponibilizar pô pá alimentar as pessoas de baixa renda do Brasil, mais ela não faiz, o que que ela faiz, ela compra alimento que é pra manter o preço, o governo usa a COMAB pá manter o preço no mercado invés dela comprar o alimento, o preço do mercado tá começando a subir ela soltar aqueles alimentos no mercado pá baixar o

preço, não, ela segura e ela compra mais ainda que é pra aumentar o preço no mercado.

No governo do Lula, foi quando a COMAB usava o grupo o galpão para manter os agricultores por causa que o agricultor ele não consegue produzir o pé de alface e vender a 0,10 centavos, mais o mercado quer isso, quer que o produtor venda a 0,10 centavos, uma cabeça de repolho a 0,05 centavos, aconteceu isso aqui em Piedade, o pessoal do CEAGESP do CEASA, não os organizadores de lá de dentro de lá, os compradores de produtos, não, não é o grupo CEAGESP e sim as pessoas tava, os vendedores que tem lá dentro, entrava ali pá dentro de Piedade o primeiro produtor eles ofereciam 0,50 centavos no repolho, o cara falava não, eu aceito. Ahhh não calma ai, o caminhão tá lá pra baixo vou lá buscar, mais ele não ia buscar o caminhão ele ia noutro produtor e oferecia 0,40 centavos, ele ia baixando a cada vez que ele descia. Aí quando ele conseguia comprar a 0,10 ai ele vinha e falava não, o seu vizinho vendeu pra mim a 0,10 se você não vender a 0,10 eu não compro. Eles não quer, ai o que que a CONAB fez com a ajuda do INCRA ai fez o PAA no Brasil e a CONAB comprava alimento dos pequenos agricultores para distribuir para entidades, via PAA, que foi quando usou a CONAB pô serviço dela, que ela é uma autarquia do estado Brasileiro, ela não é para ajudar o mercado é pá ajudar os brasileiros, ai com a entrada do ex governo e o atual governo a CONAB voltou a trabalhar como um empresa para o governo, para o governo não, para o mercado. Comprando mantimentos, estocando pá manter o preço alto. Ceis lembra que assim que teve o impeachment da Dilma menos de um mês o feijão saiu di menos de 4,00 / 5,00 reais e foi a 20,00 reais em menos de um mês? O arroz saiu di 7,00 / 8,00 reais foi pá 50,00 um pacote de arroz de 5 quilos, isso, isso o que ela fez isso, essa autarquia, manobra do governo pela CONAB.

Cesar: Vamos dar uma volta pra conhecer o sítio?

Leticia: Vamos!

Contexto: Maria volta para ser entrevistada e convida para nos sentarmos na cozinha.

Leticia: O que fez com que você se identificasse com o movimento?

Maria: O Brasil tem essa questão da agricultura o agronegócio como âncora né, os últimos governantes aí optou pela primarização né, então faz com que toda nossa produção seja muito menosprezada e discriminada, e como isso pode desvalorizar, por que se você valorizar você precisa dar o valor merecido e quando você desvaloriza você não precisa dar o valor merecido.

Interrupção: Celso pega tomate ali, tem de duas qualidades.

Maria: E isso também acontece com outras categorias, mas to dizendo que as famílias agricultoras além dela depender dos cultivos, das colheitas para a sobrevivências das famílias, ela tem também uma relação muito direta com a natureza, que ela pode ajudar a cuidar do meio ambiente né, dá natureza e dos alimentos, dos rios, desses recursos naturais. Ou não, se for na agricultura convencional, pelo contrário, vai ter um descuido sobre isso, vai ter só uma exploração dos recursos naturais. E isso não leva em conta quando fala que alguém tem perfil de agricultor né, então a gente tem assim, uma visão e uma prática reducionista e simplista da questão de ser agricultor, ele é muito mais que isso. Eu como agricultora quando eu vou fazer uma agricultura eu já penso em que tá comendo, penso nas mulheres né, como elas vão preparar, nas crianças, idosos, jovens, todo mundo que vai fazer esse processo (se alimentar) por que vai pro organismo dessas pessoas né, essa corresponsabilidade, que é muito importante levar em conta, isso não pode ser meramente um dinheiro, mas eu não posso ser desvalorizada por isso, deveria ser assim né, e quando eu to pensando na produção dessa maneira eu to pensando na fauna, na flora, nos cursos d' água, na questão de ter arborização que faz chover que faz ter um ambiente confortável, então ser agricultor, ser família agricultora é pensar no todo, e isso não tá colocado.

Então daí tem o trabalhador rural, trabalhador tem um patrão né?! Faz o que o patrão manda, mesmo que você está na terra é o capitalismo que dá o financiamento para o que ele quer que você plante. E quando eu crio consciência de que eu sou agricultora, eu vejo o mundo de outra forma. Mas eu também não sou acolhida nesse sistema, eu to aqui tem 21 anos e eu vejo isso, as famílias que tendem a valorizar a vida, a vida do solo dos recursos naturais. Mas a vida de quem planta assim como os alimentos ele é uma pessoa que fica vamos dizer assim, não acolhida nesse sistema.

Quando se fala da cultura camponesa foi muito desconstruída através de um planejamento ideológico, quando eu era criança eu aprendi com minha mãe né, meus parentes que uma banana é uma maravilha, que uma laranja, um pepino, tudo que tem no campo é uma maravilha, e foi se construindo uma ideologia por meio das comemorações, Walter Benjamin um filósofo alemão, ele é um máximo, ele diz isso né, não desse jeito que eu to falando mas ele diz isso né, que essa ideologia festeja o seu ultraje, mais ou menos assim, que daí essa cultura camponesa, caipira aqui em São Paulo ela é levada pra dentro das escolas desde pequenininho, e fazem a festa junina pintam um dente pra dizer que é banguelo, estereotipada, e quem é que faz isso? O professor, que é quem deveria ter um nível de consciência, é ele que faz isso. Doido, né? É doido.

E as roupas remendadas, então se forja no campo uma população empobrecida, empobrecida, ela não é pobre natural, é tirado dela e ela vem pra cidade sendo motivo de um bullying social, pra mim pintar um dente pra dizer que o camponês não tem dente é por que não tem assistência dentária. (Emoção- voz trêmula)

Na agroecologia (00.06.18) a gente resgatar de que o pepino é bom, porque através dessa cultura criada desde a escola, pepino é um problema, e pepino pra nós ele tem nutrientes, bom, não vou falar dos benefícios nutricionais por que é uma área da nutrição, hoje não vou falar disso. Na cidade o que é o laranja? A laranja pra mim aqui na cultura camponesa ela tem vitamina C e eu fico olhando o pé madurar, que chegue logo, e eu não vou chupar uma laranja só eu vou chupar logo 2, eu chupo 5, 10 com toda a família descascando laranja, a folha é um remédio, você coloca nos doces pra ser um tempero, e na cidade o laranja é uma pessoa usada, você vê bem? Um banana, o que é um banana?

Leticia: É algo pejorativo né?!

Maria: Então, essa desvalorização ela é construída, é o no legado nas várias culturas que a gente tem a gente tem uma ligação muito forte com a vegetação, com os vivos né, eu empresto meu pé para uma alface, dentro da leitura a alface tem pé? (risos), meu dente tem raiz, a gente se encontra, e assim vai indo. Como que essa linguagem faz eu ter interação com o outro, eu acolho o outro.

Eu nunca aprendi com minha mãe que eu devia jogar uma abobora fora porque ela tava tortinha ou coisa assim, isso porque é uma higienização aprendido com civilização ocidental, purificação da raça, isso eles fazem na agricultura, não respeitam a natureza, se uma abobora der diferente do outro, se um tamanho der diferente do outro e as pessoas quer comer tudo padronizado. E quando tiver essas coisas a gente não evolui, eu não aprendi isso com minha mãe, minha geração não aprendeu com seus pais e mães aprendeu com o sistema de educação, então essas, eu não sei se na geografia isso pode ser contado, isso desconstrói a originalidade da família agricultora, o menino do sítio quando vai pra escola na cidade, a escola é diferente, é num outro lugar e ele é chamado de pé vermelho, se ele tem autoestima, pé vermelho quer dizer que ele não tem sapato, esses bullying é construído de um meio coletivo que se deveria, que não deveria ter bullying, deveria ser um lugar de esclarecimento. E não um lugar de construir a marginalização do outro por que é diferente. Isso faz com que meu filho com 34 anos tenha uma baixa autoestima de ser agricultor, tava falando dos jovens (em uma conversa paralela), as músicas, tem uma que diz “as meninas da cidade são bonitas e dançam bem” que que tá dizendo das meninas do campo? (11:00) Quem é que vai querer ser menina do campo escutando uma música dessas? É sucessão!

Leticia: Maria, como a área do assentamento foi escolhida?

Maria: Escolhida pela, na época avia uma informação dos hortos do estado de São Paulo, quando a gente vez a luta aqui foram 17 hortos no estado de São Paulo, e ai o MST fizeram a luta, aqui era um dos hortos né, havia um processo entre FEPASA E RFFSA aqui que era do federal passando pro estado, e as informações que a gente tinha é que essas áreas poderiam ser pra demanda da reforma agrária que tem muito sem-terra em São Paulo, o governo da época tinha muito foco de criminalização da luta no Pontal (município do estado de São Paulo) como se não existisse sem-terra no resto do estado, e foi feito a luta pra pleitear pra reforma agrária, por que, é uma necessidade urgente de buscar trabalho e alimento pra essas famílias, isso pra gente é mais importante do que criar uma área pra especulação imobiliária que hoje avança muito. Então foi isso que fez a escolha do local, a gente saber dessas informações.

Leticia: Maria como aconteceu o acampamento antes de vocês estarem na área escolhida? Quais são suas memórias do acampamento?

Maria: Sim, eu tenho a memória do acampamento alii daquele lado (outro lado da rua) em que os barracos já estavam na área do assentamento e foi despejados e veio para a beira da pista, aqui essa pista onde vocês andam, do cemitério pra cá foi enchido de barraco. Muita perseguição a cidade ate fecha as portas, depois da pista fomos para a vila da FEPASA, depois da desativação da FEPASA, os trabalhadores foram mandados embora, cada um pegou seu rumo e ali cada casa conseguiu aconchegar duas ou três famílias, e eu tenho essa memória.

Leticia: Entendi, depois da vila o que aconteceu?

Maria: Então, já tava andando os processos, quando a gente ocupa a gente cria uma demanda no governo pra esse território, né, então veio o cadastramento das famílias né, e vem um estudo que eles fazem né, se a área é apropriada e elaboram um pré projeto de assentamento vamos dizer assim, e a gente continua na luta pressionando, se não ele não sai, quando foi avançado assim, em 1998 a gente pega e ocupa cada um pedacinho que é onde cada um tá, nesse ato o estado né faz a agenda de vim fazer as divisões dos lotes, embora o estado diria que isso não é legal, a gente teve que fazer isso, por que aqui a gente tava produzindo coisas básicas da alimentação, arroz, mandioca e mamona pra vender, a mamona a gente vendia lá na Será Leite em Campinas que era pra tirar um pouco de renda e a mamona estava dentro de uma estratégia pra fazer a recuperação do solo, que esse solo aqui é um solo que teve muita ação antrópica de prejudicar a natureza e o solo desde 1907 vem o plantio do eucalipto pra fazer dormente pras ferrovias, as ferrovias aqui foi inaugurada em 1927 por ai, não, entre 27 e 30 por ai, então esses dormentes foi tirados dessas áreas, dessas e dos outras hortos, e eucalipto desse período, e a gente percebe que esse solo já sofreu muito, não teve a preservação da biodiversidade, já foi monocultura e muito fogo, as ferrovias aqui foi inaugurada em 1927 por ai, não, entre 27 e 30 por ai, então esses dormentes foi tirados dessas áreas, dessas e dos outras hortos, e eucalipto desse período, e a gente percebe que esse solo já sofreu muito, não teve a preservação da biodiversidade, já foi monocultura e muito fogo, Sorocaba como foi cidade dos moares eles deixavam os animais por aqui e cada vez que eles saiam eles tacavam fogo pra restabelecer o capim pra nova tropa que ia chegar, então no estudo de pedologia que foi feito, aqui a gente fazia as trincheira vinha carvão lá de baixo, a

gente não sabe se é desse período, mas é por conta desse tipo de trato com o solo e até hoje tem muito fogo, então teve gado solto aqui, largado.

Quando você for caracterizar as memórias o camponês, eu gostaria que entrasse essas memórias das festas juninas.

Leticia: ok, Maria.

Maria: Porque a festa junina original é a festa da colheita, de dividir tudo que você tem com a comunidade. Não o que a gente vê por agora, pejorativo. Quando a grita “a chuva” o povo corre, aqui ela é abençoada.

Quando você fala das memórias que me marcam, isso me marca. Criei meus filhos nessa efervescência cultural, foram pra escola tudo certinho presenciaram essas coisas e hoje não vem vantagem em ser do campo

Leticia: Você foi nessas festas juninas?

Maria: Eu fui, porque se eu não acompanhasse minha filha ela era ridicularizada, porque a mãe dela não preparou ela com a sainha remendada, eu encolhi esse sapo. (emocionada) Isso é forte.

Maria: Cesar cadê os copos?

Contexto: Maria responde a entrevista enquanto prepara café para servir.

Leticia: Quais são suas memórias da reintegração de pose Maria?

Maria: Então, primeiro aquele choque, de entender assim, sou brasileira, trabalhador, quero um lugar pra produzir alimentos e não vou ter. O estado me nega esse direito como cidadão, a gente não que acreditar que isso existe, e isso fica uma ferida na sua vida, e a gente não consegue trabalhar esse choque. Eu com criança tendo que batalhar por isso, querendo dar um destino diferente pros meus filhos, isso é muito forte.

Leticia: Maria você se recorda dos sentimentos e memórias do dia que soube da legitimação da pose?

Maria: Sim, em primeiro lugar a gente achou devia ser natural, mas dentro do sofrimento que a gente tava a gente gritou muito (risos) a gente gritou, pulou. Foi na assembleia que a gente ficou sabendo, tem as assembleias pra contar as coisas boas e as coisas ruins, comunicação direta né. Foi um funcionário do ITESP que trouxe a notícia.

Leticia: Maria você consegue pontuar os momentos mais marcantes dessa luta até a emissão de posse?

Maria: Acho que marcante foi o dia da ocupação, eu vi aquela caravana de gente chegando, gente que eu nunca vi, eu achava que tinha um problema, mas olhar no rosto de cada um e ve que eles tinham o mesmo problema, dividiam sentimentos que eu. No outro dia que amanhã ver a criançada que brota de cada lona, cada barraco, como se tivesse florindo o pedaço, as criançadas tudo meio desconsertadinha até 12:00 e depois já começam a se enturmar e vira a roda da meninada e isso é muito marcante pra mim porque eu tive filhos né e queria ver eles bem.

Marcante também quando começa organizar os setores né dentro do acampamento pra dar organicidade, e eu sempre gritava “setor da educação” primeiro pra acolher as minhas crianças, ciranda infantil pra cuidar das crianças pequenininhas pra poder dar oportunidade pra mulher participar, tem que criar meio né, por que a mulher é acostumada a não ter meio pra ajudar, então isso são marcantes, estabelecer que as mulheres precisam participar da assembleia, isso é marcante pra mim se não só vai os homens, num primeiro momento a gente deve que usar recursos né digamos assim, a chamada, a norma de fazer a chamada o homem e a mulher num primeiro momento até acostumar, a hora que acostumou que as mulheres ganharam esse gosto de participar e saber da notícia a gente não precisou mais ter a chamada, e isso foi muito marcante.

Leticia: Quais setores tinha além do da educação?

Maria: O setor de segurança esse era prioritário e a alimentação esse setor era responsável de ver se as famílias tinham ou não tinham comida e levar essas questões nas assembleias, lá na década de 80 e 90 a gente tinha muito a solidariedade da igreja e dos sindicatos que levavam caminhões de comida, isso era muito importante, tinha o setor da cozinha também por que esse economizava e garantia a nutrição também,

tem gente que chegava com a autoestima tão baixa que não tinha nem vontade de cozinhar, nem vasilha não tem, não tem animo para se estabelecer, tem gente que chegava com a autoestima tão baixa que não tinha nem vontade de cozinhar, nem vasilha não tem, não tem animo para se estabelecer, o setor de saúde que já implanta a farmácia tanto com chás e ervas quanto com remédios que ganha, esses setores que são os básicos né.

Leticia: Maria depois da posse quais conquistas vocês tiveram no lote mãe Terra?

Maria: A gente teve conquistas que já veio no bojo da luta pela terra, como a conquista de crédito, o primeiro crédito que tem é o PROCERA lá trás e nos meados da década de 90 prá cá vira PRONAFE (6:12) então tem acesso a esse crédito a gente começa a desenhar o que vai fazer, fazendo os processos, descobrindo o que a terra tem aptidão.

Contexto: Chegada do Pai da Maria

Maria: Pai já tomou um cafezinho?

Pai da Maria: Já.

Pausa na entrevista para interação com o pai da Maria.

Maria: Ele (pai) me ajuda muito, ele tem uma memória muito boa.

Maria: Ai tem assim, quando a gente faz o projeto de assentamento tem alguns créditos básicos né, tem o credito fomento que é uma pequena verba para iniciar um plantiozinho né, mas sempre tá ligada a um tipo de projetinho, tem o credito moradia, aqui a gente teve só aquela verba que vem do INCRA, um recurso muito pequeno pra fazer a moradia, tem assentamento que tem recursos do estado, da Caixa tudo, aqui a gente não teve, a gente não teve, então o resto foi tudo esforço da gente né, tira de um lugar muito necessário pra melhorar a moradia né, e depois já num governo mais popular a gente teve acesso aos programas né, de merenda escolar e isso foi muito importante por que isso motivou a agricultura e pensar num novo desenho pro sítio, por que expropriado de comercialização do jeito que a gente é, a gente não consegue né, do atravessador, o César deve ter falado um pouco né, eles também escolher e é um processo complicado.

Leticia: Maria o que representa o lote mãe terra para você?

Maria: Aqui eu penso que assim, que o planeta me aconchegou é muito forte, eu não sei descrever, talvez a gente não tenha palavras na nossa linguagem é mais um sentimento, se eu puder e for decisão minha eu jamais deixarei esse lugar, e olhe que do ponto de vista físico é bem complicado o lote aqui, é um face sul então pra questão do manejo é bem complicado com os ventos é mais atingível com os ventos do sul pro fundo né, e a questão do solo, mas assim, é meu lugar, cada arvore que tem aqui foi a gente que plantou, é minha vida assim.

Leticia: Maria em relação ao modo de cultivo como era no começo e como é agora?

Maria: Desde que a gente entrou a gente já entrou dizendo que a gente não ia por veneno na terra, em 2000 o MST fez um congresso nacional em que foi feito os compromissos com a terra e com a vida e eu fazia parte dessa ideia que nos tínhamos que ter compromisso com a terra e com a vida, que nos saímos na luta pela terra mas não era a terra como propriedade de um bem para vender, nele, lá naquele período falava em evitar venenos, mas a gente já não ponhava, a gente já defendia a linguagem da agroecologia, embora a linguagem da agroecologia não era muito popular pra gente, a gente sabia da palavra orgânico e biodinâmico e depois que a gente foi aprender que tinha várias vertentes e após a EMBRAPA assumir isso a academia assume isso, e quando a gente fala disso a primeira coisa que a gente descobre que o que temos que investir é na fertilidade do solo e aqui é demorado esse processo, tamos até hoje.

Leticia: Maria, falando da questão da agroecologia tenho uma pergunta sobre: O que a agroecologia representa para o lote Mãe Terra?

Maria: A é tudo, é nosso amanhecer, anoitecer, não teria sentido, não teria esse sentido tão profundo se não fosse a agroecologia. Mas pra mim representa conhecimento, todo dia eu tenho uma lição de busca e pesquisa aqui dentro, então quando eu falo que a agroecologia é uma ciência, to falando que ela não é só pra academia é também para o agricultor, ela me faz pensar. Na monocultura você perde, você não precisa pensar, você é uma maquininha assim, você faz o que manda, na agroecologia ela faz com que você pense, que você observe, que você experimente, avalie e defina os próximos passos, então pra mim ela é mais que uma universidade

e eu sou apaixonada por essa ciência verdadeira, me pergunte as coisas eu posso responder a fiz assim e não deu certo, as vezes as cartilhas manda fazer e, por que nos experimentos acadêmicos você experimenta aquilo por um período e sai aplicando e não vê os nuances de cada microclima né, esse pedaço aqui ele foi desafiador, muita formiga tinha, cupim, a gente já fez as cercas dos lotes três vezes no começo por que o cupim comia a madeira de cair assim, agora a gente convive com elas (formigas), a gente deixou esse espaço com couves até que elas adquiram as vitaminas, quando a couve da sadia as formigas não quer não, elas vão nas plantas que tem deficiência de vitaminas, se o solo da muito deficiente ali você tem que trocar a cultura pra ajudar o solo e na agricultura convencional você taca um veneno ali que vai lá pro lençol freático e mata os passarinhos também.

Leticia: Maria agora caminhando pro final, eu vou fazer algumas perguntinhas e você pode falar as primeiras coisas que vier na sua cabeça:

Leticia: O que é a luta por soberania alimentar para você?

Maria: Eu sempre penso assim, que a sociedade que não soube cuidar da sua nutrição e alimentos ela não sobreviveu e sei que frase não é fácil assim, mas nós não tá cuidando da alimentação estamos fazendo um monoalimento, a luta por soberania alimentar é a diversidade na mesa, que contenha folhas, raiz, frutos, as aromáticas e os temperos, os caules e todas as todas as cores juntando todos os nutrientes por que a gente tem que alimentar o nosso corpo por que ele é único a gente precisa cuidar dele, mas do que um negócio sagrado que é o material que a gente tem em mãos para se expressar pra que atinja toda a vitalidade para atingir um desenvolvimento integral não é comer uma ração muito menos a gente comer os que comem só ração (risos).

Leticia: Maria, qual o significado da terra para você?

Maria: É o mineral que constituem a vida, como eu não sou um bicho aquático (risos) não to excluído a água não, então pra mim que sai da água e aqui estou e acredito que vou ficar por mais uns dias (risos), então ela é a vida, ela aconchega a vida.

Leticia: Aconchega a vida é uma linda definição.

Leticia: O que é a Reforma Agrária no Brasil para você?

Maria: Ela é uma luta constante que ela tem seus altos e baixos e neste momento tá sofrendo uma perseguição do caramba por isso ta em declínio, é uma luta constante, é necessária, tem países que fizeram e parece que só aqui que é proibido, que não pode.

Leticia: Maria do que você tem saudade?

Maria: Olha as vezes eu tenho saudade de poder falar, dialogar, eu sinto que a gente é desqualificado, principalmente se a gente falar com base nas experiências de vida, a gente ta fora, esse mundo que se construiu eu sinto que é uma bolsa, a cultura camponesa ta de um lado e ele ta de outro, um desvalor, parece que veio uma ruptura (pausa em silêncio). Eu sinto saudade do período que a gente olhava no olho um do outro e dialogava, não um monologo, um informe como é hoje.

Leticia: Verdade.

Leticia: Maria você considera a memória como um elemento de resistência na luta pela terra?

Maria: Sim, a luta pela terra ela vem (pausa para pensar em silêncio), eu considero que a fortaleza dos movimentos de luta pela terra é medida pela capacidade que esses movimentos têm de admitir, ou seja, adicionar os legados do que constituiu a história dessa luta. O legado dos povos nativos né, legados das lutas do povo africano e os outros, então os movimentos que tem a capacidade de adicionar esses legados ele se fortalece né, ele acolhe a pertença desse pessoal, os movimentos que não tem essa capacidade eles são temporários e hoje o movimento que não acolher a questão ambiental é temporário e é uma falácia, a questão da mulher, a questão da criança como um ser e não como algo a domesticar, é eu acho que essa questão da valorização e não a monetarização das coisas é muito importante, tem um historiador que se chama Joel Ruffino que ele fala dessa questão do legado africano de a não comercialização das coisas, tem a troca mas não o comercio, eu acho engraçado que tem umas auditoria que vem pro campo e fala “você tem que por valor nisso” valor monetário, não fala de um valor de troca, de um valor de uso, valor nutricional, ai eles falam “Não, é que eu preciso mensurar o valor” hoje eu escutei um palestra assim, “eu

preciso acompanhar quantos dias você gasta para mensurar o valor” não, isso não mensura o valor, isso mensura a ocupação de tempo, pra mim isso é diferente, valor é muito mais que isso. Então, quem não consegue fazer essa leitura a além também não consegue vingar, é uma ilusão. A dimensão de nós mulheres é podada, então nós precisamos nos conhecer e conhecer nossa dimensão, a gente precisa experimentar um meio em que a gente não é podada né, entendeu?! Pra gente reconstruir aquilo que destruíram da gente. Nos mulheres que eu digo não é do sexo né, eu to falando do não patriarcado, do não machismo.

Leticia: Maria como você imagina o futuro do Assentamento Bela Vista e do lote Mãe Terra?

Maria: Eu imagino muita luta, como nos outros (assentamentos), aqui não tá fora, mais se a gente consegue brecha de capacidade de resistência e lutar a gente vai longe, aqui todos os dias a gente enfrenta, somos resistência, a permeância de resistir e existir. A agroecologia está contribuindo para a resistência através das mulheres aqui, e é nisso que eu acredito e luto todos meus dias, e o lote Mãe Terra tem essa energia.

Leticia: Maria é tão bom te ouvir (risos), gostaria muito de te agradecer por dedicar seu tempo pra conversar comigo e me receber tão bem na sua casa.

Maria: (Risos) Imagina, eu fico feliz por poder falar sobre essas coisas que é tão importante e que pode ser revolucionário.

